

REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

N.º 8
Revista
Trimestral
Julho/1978
30\$00

INTERVENÇÃO

jogos
tradicionais
portugueses

por *Maria da Graça Guedes*

o papel da cultura
e da acção cultural
na transformação
da sociedade

por *Manuela Silva*



DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: LUÍS MARTINS

Colaboram neste número:

Manuela Silva

Luís Martins

Jorge Reis

C.E.E.C.

Maria da Graça Sousa Guedes

Maria Viegas

Francisco Albuquerque

Manuela Matos

Teresa Abrantes

ARSTA

CAOB

FAPIR

UPAJE

Fotografia:

João Freitas

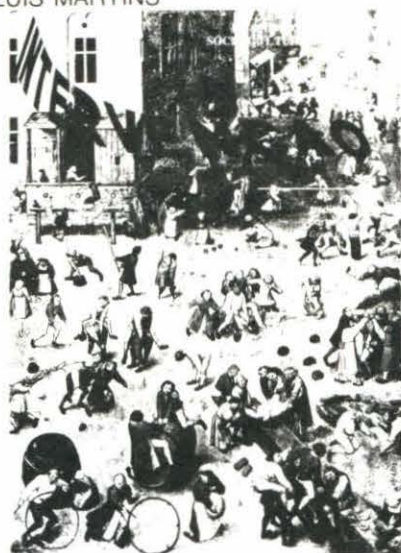
José Moreira

Arranjo gráfico:

Dorindo Carvalho

Secretariado:

Isabel Guerra



Na Capa:

Os Jogos para Crianças — BRUEGEL
1560 — Viena, Kunsthistorischen Museum

Os jogos tradicionais magistralmente representados aqui por Bruegel, representam um património cultural extraordinariamente rico. Porquê hoje são ignorados ou desprezados?

INTERVENÇÃO

REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

N.º 8

Julho 1978

Redacção: Edifício do Amparo, 1

Largo do Martim Moniz

Telefone 86 40 56 — Apartado 21 064

Lisboa 2

Composição e Impressão

Gráfica 2000

Distribuição: DIJORNAL, distribuidora

de livros e periódicos, Lda.

Rua Joaquim António de Aguiar, 64-2.º — Lisboa 1

Preço deste número, 30\$00

Cá está o n.º 8. Como tínhamos prometido, aí está o depoimento da Dr.ª Manuela Silva sobre a cultura e a transformação social, e no nosso destacável, o início da divulgação dos Jogos Tradicionais Portugueses, parte importante e esquecida do património cultural português. Mas não ficamos por aqui, confrontam-se talvez pela 1.ª vez as opiniões de várias organizações face à animação cultural do nosso país, aqui e agora, A.R.S.T.A., C.A.O.B., C.E.E.C., F.A.P.I.R., U.P.A.J.E., para começar. E não contentes com isto, pretendemos abrir o leque dos assuntos que «tradicionalmente» se apresentam em revistas culturais.

A 3.ª idade, e os deficientes, e a perspectiva da sua abordagem aí estão também. A Poesia Popular Alentejana, a colaboração de Jorge Reis, ex-director da Universidade do Norte, Iquique no Chile, num artigo sobre expressão dramática, pintura livre de Maria Viegas, a alfabetização pelo C.E.E.C., são outros tantos pontos de interesse deste número. No próximo, bom, no número 9 a sair em Set/Out. João Martins Pereira, autor (de entre outros trabalhos, de «O Socialismo, a transição e o caso Português»), dá a sua opinião sobre o tema que Manuela Silva aborda nesta número. O Museu das Janelas Verdes e a continuação dos jogos tradicionais portugueses iniciados neste número são temas que farão com que não possa deixar de comprar o n.º 9. Mas para não andar preocupado a procurar nas bancas, faça uma assinatura e deste modo a sua contribuição será mais decisiva para a eficácia e importância da Intervenção. E para si é mais cómodo. Cá esperamos.

SUMÁRIO

O papel da cultura e da acção cultural na transformação da sociedade	2	Deficientes: breve caracterização do campo de trabalho do fisioterapeuta	34
"Algumas notas para uma abordagem da cultura e ideologia fascistas"(I)	4	Educação física na terceira idade	37
Arte dramática e educação	13	Debate animação sócio-cultural	40
Alfabetização	17	II encontro de associações de educação popular e de apoio a organizações de base e de animadores culturais	45
Pintura livre	19		
Jogos tradicionais portugueses	22		
Poesia popular alentejana	30		
Os deficientes e a terceira idade: perspectiva da sua abordagem	33	Bento de Jesus Caraça	46

o papel da cultura e da acção cultural na transformação da sociedade

MANUELA SILVA

1. Toda a sociedade humana, pelo facto de existir como conjunto organizado de pessoas e instituições, possui uma dada cultura, ou seja um conjunto de valores éticos e estéticos, que resultam de uma certa visão (conhecimento) do real e que informam — e também expressam — o comportamento dos diferentes sujeitos.

A cultura é, assim, um dos elementos constitutivos das sociedades humanas. Há quem se lhe refira dizendo que é como um cimento, algo que aglutina e dá coesão ao todo social (coesão que não implica, necessariamente, homogeneidade própria de estados amorfos, antes deve querer significar alguma forma de equilíbrio dinâmico de elementos em interacção).

Anote-se, desde já, que o elemento cultura não é inteiramente dissociável dos demais elementos que compõem a sociedade. Existem relações muito estreitas entre a cultura de um povo e a forma como este organiza a sua actividade económica, o nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas, a tecnologia adoptada, o tipo de repartição do rendimento de maior ou menor desigualdade. Analogamente, não pode isolar-se a cultura da implantação espacial de um povo (concentração-dispersão), do clima, de organização política, do factor religioso, das instituições sociais de base (família, comunidade de vizinhança, etc.).

2. A cultura evolui, modifica-se, e, por vezes passa mesmo por transformações profundas em períodos relativamente curtos (fala-se então, de revolução cultural). Mas, de modo geral, a cultura só evolui lentamente sem saltos bruscos, a partir da renovação das gerações. Deste modo, a cultura, sendo factor potencial da mu-estabilidade das antigas estruturas. Mesmo nos casos em que se processam as transformações sócio-políticas que implicam libertação relativa de formas de exploração, com efeitos, portanto, positivos na situação dos estratos da população mais numerosos não raro sucede que estes mesmos estratos aproveitem da sua nova situação para adoptar os padrões de cultura dos anteriores «dominadores», ou «exploradores», identificando (ilusoriamente é certo) com eles a sua própria promoção social.

A cultura, é assim e em grande parte, um produto da própria sociedade; reflectirá a transformação social mais do que imprime, por si próprio, o ritmo e a orientação da mudança.

Quer predomine um ou outro dos sentidos apontados, revestir-se-á sempre de todo o interesse reflectir sobre a cultura própria de uma dada sociedade e descortinar os seus eventuais efeitos na orientação, aceleração ou travagem do respectivo processo de mudança.



3. Importa, porém, desde já, desfazer um equívoco. Nas sociedades complexas, muito abertas ao exterior, e marcadas por acentuadas diferenças e desigualdades, a cultura raramente apresenta um cunho homogêneo para toda uma comunidade nacional. Ao invés, em tais situações, é frequente encontrarem-se diversas sub-culturas, com características próprias muito pronunciadas e, às vezes, mesmo sem comunicação regular e contínua entre si.

Num país, como Portugal, por exemplo, e não obstante a sua condição de pequeno país, não faz sentido, presentemente, falar de cultura nacional, como se de um todo homogêneo se tratasse. Com efeito, há seguramente, maiores diferenças culturais entre os intelectuais lisboetas e os camponeses alentejanos ou minhotos do que entre os primeiros e os parisienses de idêntica condição social.

Esta ideia reveste-se da maior importância para não se alimentar o erro de imaginar um modelo cultural monolítico (que acabaria, aliás, por se confundir com o modelo da classe dominante), armá-lo em padrão de avaliação das culturas existentes e critério único de fundamentação de pretensas políticas de promoção cultural.

4. Tão pouco é defensável conceber padrões de cultura mais e menos adequados a determinado modelo abstracto de sociedade e com base neles pretender «converter» as culturas concretas.

Também neste erro se caiu em certa etape do processo de transformação da sociedade portuguesa post-Abril 74, com resultados que são, aliás, conhecidos e ainda hoje constituem obstáculo a quaisquer formas de promoção cultural, incluindo programas de alfabetização em certas regiões do País.

Só em regimes de tipo ditatorial é possível o recurso a processos de «conversão» radical de cultura de um povo e, mesmo assim, são necessários largos anos para levar a cabo um tal processo.

5. Toda a acção autenticamente cultural, isto é a acção que tem por objectivo melhorar a(s) cultura(s) de um Povo insere-se, pois, dentro de um espaço relativamente estreito, do qual precisaremos alguns contornos.

Em primeiro lugar, o animador cultural tem de aceitar à partida, a diversidade dos valores culturais e suas manifestações e resistir à tentação de as aferir por um padrão pré-determinado (modelo teórico correspondente a certo sistema social e definido pela classe dominante). Assim sendo, o seu campo de acção consistirá, fundamentalmente, na promoção dos meios de suporte à promoção cultural e na adequação dos meios às formas de expressão próprias de cada cultura.

Por outro lado, ao animador cabe promover formas de encontro e comunicação de diferentes culturas através das suas expressões próprias. Neste contexto, tem sentido falar de uma política nacional de cultura como devendo traduzir o critério de afectação do conjunto dos recursos disponíveis pelos vários estratos sociais, de acordo com as respectivas carências e aspirações e tendo em conta critérios de equidade na compensação das desigualdades actuais e herdadas do passado.

Os animadores culturais devem concorrer activamente para a elaboração, execução e controlo de um tal Plano, funcionando como elemento de ligação das comunidades em que actuam e à Administração Central e pressionando no sentido de adopção de medidas de promoção cultural dos estratos mais vastos da população, operários e rurais, ou chamando a atenção para as necessidades específicas de certos grupos particulares, crianças e jovens, indivíduos da terceira idade, mulheres sem inserção profissional, etc.

Em caso algum, porém, ao animador caberá fazer «substituição» de culturas, impôr conhecimentos e novos sistemas de valores. De resto, a experiência vem mostrando que, ainda que o pretendesse, acabaria por ficar reduzida a uma acção ilusória, já que as sociedades, de modo geral, resistem, mais do que se crê, às «agressões» culturais veiculadas do exterior. Resistem por variadíssimas formas: recusa ostensiva que vai, por vezes, até à expulsão violenta dos próprios animadores culturais (porventura bem intencionados, mas ignorantes e inábeis). Mesmo que a resistência não assuma necessariamente expressão tão violenta, ela manifesta-se por múltiplas outras formas designadamente: fraco teor de participação nas iniciativas de chamada «promoção cultural», no reforço e no reassumir de funções defensivas face aos novos valores, etc.

6. Cabe, por último, perguntar se as considerações anteriormente feitas não enfermam de uma visão demasiadamente imobilista de cultura e não vêm eivadas de certo pendor conservantista.

Pensamos que não.

Entendemos a cultura como uma realidade efectivamente em mudança. Só que, entendemos que esta se opera por um processo dialéctico em que o velho (no

sentido do conhecimento e dos valores adquiridos) e o novo (no sentido de conhecimentos e valores propostos pelas diferentes vias) se afrontam nas várias zonas de vida humana, pessoal e social. A concepção dialéctica da cultura defende-nos de qualquer pretensa visão imobilista, mas também nos afasta do erro de julgar que uma cultura é substituível como quem muda de fato ou de sapatos.

Por outro lado, entendemos que a cultura evoluiu, sobretudo, com as alterações profundas que ocorram, efectivamente, no campo da organização de actividade económica, o tipo e nível de desenvolvimento o padrão tecnológico, o acesso à instrução, a comunicação social, a abertura ao exterior. Acreditamos, mesmo que estes factores quando assumam determinadas proporções podem mesmo provocar situações de desintegração e ruptura cultural, próprias de estádios de desequilíbrio acentuados.

Viveremos, talvez, em Portugal, uma dessas situações em que já se deram e estão em curso modificações profundas na organização da economia e, sobretudo, na estrutura e organização da vida política que entra em conflito com padrões culturais ainda dominantes em certos meios sociais e zonas geográficas. Certas situações de anomia social que temos conhecido — criminalidade, delinquência juvenil, toxicomania, entre outras — são, em parte, o fruto indesejado da perda de valores e de certa desintegração cultural que se têm verificado.



INTERVENÇÃO

«algumas notas
para uma abordagem
da cultura e ideologia
fascista» (I)

LUÍS MARTINS

As notas que aqui coligimos não pretendem ser um estudo, e muito menos completo ou acabado, da cultura e ideologia fascistas.

São antes alguns apontamentos e notas que recolhi aqui ou ali, para permitirem posteriormente um trabalho mais elaborado, mais digerido, porventura mais criador sobre a ideologia e a cultura fascistas.

E se são agora publicados, é porque se torna evidente que cada vez mais se assiste a uma ofensiva ideológica e à recuperação dos valores do fascismo, visando criar condições para que se possa porventura legitimar uma outra ofensiva ou melhor dizendo outro aspecto dela, contra as estruturas democráticas do nosso País e contra o futuro constitucionalmente deliniado pelo Povo Português.

Trata-se de analisar os principais parâmetros da ideologia fascista e contrapor-lhe os ideais da democracia, da justiça social, e do progresso.

Estes apontamentos que aqui se deixam são fundamentalmente um desejo de engrossar as fileiras daqueles que acreditam e lutam pelo afastamento definitivo do espectro fascista do nosso País.

(1) — Segundo a concepção materialista da história o factor determinante na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu, nunca afirmámos outra coisa.

Se alguém, em seguida, torce esta proposição dizendo que o factor económico é o único determinante, transforma-se numa frase vazia, abstracta, absurda. A situação económica é a base *mas os diversos elementos da superestrutura* — as formas políticas da luta de classes e o seus resultados (as constituições estabelecidas após uma batalha ganha pela classe vitoriosa, etc.) *as formas jurídicas e até os reflexos de todas estas lutas reais no cérebro dos participantes* (teorias políticas, jurídicas, filosóficas, concepções religiosas e o seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos) *exercem também a sua acção sobre o curso das lutas históricas e em muitos casos, determinam mesmo preponderantemente a sua forma.* (sublinhado meu)

«Études Philosophiques» Engels
Editions Sociales 1968

(2) — À parte a liquidação da face mais repugnante do iceberg fascista (supressão da polícia política, da censura à Imprensa, etc.) ainda não se pode pensar que nos libertámos dos seus malefícios. Ainda não sabemos mesmo, até que ponto somos capazes de criar condições para que esses malefícios não apareçam de novo, idênticos ou sob máscaras inéditas, como simples reflexo de uma antiga e trágica realidade, a nossa mesmo.

Eduardo Lourenço «O fascismo nunca existiu»

(3) — (Àcerca dos escritores) com efeito, é necessário estar-se muito atento a isto: pode desembainhar-se a espada para apoiar o fascismo e ter um estilo antifascista.

Settimeli in «Mussolini visto por Settimelli» Roma 1929



Quando o avanço e as dificuldades do trabalho cultural nos impôs a reflexão sobre a ideologia fascista, nunca foi com o intuito de o fazermos enquanto «*historiadores do passado*», mas como *militantes* que no *presente* se debatem, na prática, com a construção de uma alternativa cultural e ideológica ao fascismo, capaz de servir um novo modelo de sociedade. E isto não é (só), porque queiramos no campo da ideologia e da cultura, opormo-nos aos indivíduos declaradamente fascistas que detêm o poder real, quando não político-administrativo por aldeias e vilas do nosso País, mas combater essa ideologia e cultura que prevalece naqueles que embora em situação social e económica de opostos (ou diferentes) daqueles, com eles ainda comungam nalgumas das suas atitudes e opiniões.

Obviamente que o fascismo não desapareceu das nossas vidas no 25 de Abril. A grande propaganda e o domínio a nível superestrutural que o sistema fascista detinha, não desapareceu com a sua queda enquanto sistema política, mas persistiu para além dele.

O fascismo é extemporâneo ao próprio fascismo. E isto porque o fascismo não é só um sistema político e organizativo, do capitalismo mas um sistema cultural e ideológico que não se circunscreve à duração temporal do sistema político. Seria utópico considerar que os valores durante tantos anos veiculados através dos órgãos de comunicação e instituições na família, na escola, no trabalho, tivessem desaparecido por obra e graça no 26 de Abril. (Mesmo já não pensando nas aldeias onde após 4 anos ainda não chegou o 25 de Abril). Tal como dizia um fascista: «Pode-se usar a espada pelo fascismo e ser antifascista», também nós dizemos: pode-se gritar contra o fascismo na rua, convictamente e na nossa prática pessoal (e política) nas situações concretas e nas opções e nos caminhos a tomar pese esse ideologia.

Estes valores digamo-lo claramente, continuam efectivamente a prevalecer na sociedade portuguesa tanto mais que desde o 25 de Abril nenhuma alternativa global a nível da cultura, nenhuma Política cultural global e continuada foi decididamente traçada, no combate ao obscurantismo, à ignorância (veja-se a questão do analfabetismo), em suma, à cultura e ideologia fascistas entendidas como modo de entender e estar no mundo.

Uma Política Cultural democrática tem de ter como objectivo, primeiro a luta *contra o obscurantismo contra a cultura e os valores que serviram de suporte essencial ao fascismo que significam eles próprios uma elaboração do fascismo para a sua manutenção e perpetuação*.

Definir uma Política Cultural pressupõe, ao definir os seus objectivos primeiros, a necessidade de se detectar os principais parâmetros e valores que o fascismo defende(ia). De modo que ao afirmar-se enquanto acção política e libertadora, enquanto Revolução Cultural, de que a animação Sócio-Cultural será decerto parte integrante e fundamental possa «em campo», na prática oferecer uma alternativa, contra a ideologia e cultura fascistas, *não tanto ao nível da linguagem, do discurso «radicalmente» antifascista, que tantas vezes em vez de aproximar mais afasta que havia de agregar*, mas uma alternativa construída por uma prática participativa em que a própria comunidade, pela sua acção, descubra e construa a desmontagem segura de ideologia e dos valores, que durante anos sustentaram um sistema que os oprimia e os reduzia à passividade.

Trata-se porque este texto de uma proposta se trata, de analisar objectivamente sem juízos de valor, quais os sistemas culturais, quais os valores, quais os padrões culturais que o

fascismo meticolosamente construiu, como eles modelaram os nossos modelos de comportamento e quais as causas determinantes e a que condições sociais, esses valores e padrões culturais vieram responder e influenciar.

Trata-se de desmontar o «iceberg» no dizer de Eduardo Lourenço, mas acrescentaríamos nós, a parte do «iceberg» mais perigosa, porque não imediatamente visível, embora capaz de «... exercer também a sua acção sobre o curso das lutas históricas e em muitos casos, determinar mesmo preponderantemente a sua forma...»

A SITUAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA NA ASCENÇÃO E INÍCIO DO FASCISMO

Uma questão que se nos põe de imediato é: a que necessidades sociais e económicas o fascismo veio responder? Qual a situação da luta de classes, a situação económica, e o desenvolvimento das forças produtivas que permitiu a ascensão do fascismo? Para tentar responder a esta questão juntamos alguns dados.

A agricultura foi, no período que precedeu o fascismo, a ocupação dominante dos portugueses. Em 1900, 60% da população continental (5 milhões aprox.) estava ligada à agricultura. Este número, embora tenha descido em 1911 para 57,1% e em 1930 para 50%, o que é facto, é que a sociedade portuguesa era uma sociedade proeminentemente rural, (com tudo o que isto significa a todos os níveis).

Evidentemente que também é neste período que o desenvolvimento industrial começa também a dar-se. É claro que se inicia em pequenas unidades independentes, com baixo nível de concentração.

Segundo o Inquérito Industrial de 1917, referenciado por Pereira de Moura, «Por Onde Vai a Economia Portuguesa?», a situação da indústria de que se dão os principais sectores industriais era a seguinte:

A Indústria Portuguesa em 1917

Sectores Industriais	N.º Estabelecimentos	Pessoal Empregado
Todos os sectores	5491	130 000
Indústrias Metalúrgicas	784	7 000
» de Cerâmica de vidro	205	7 000
» Químicas	123	5 000
» Alimentação e bebidas	1017	25 000
n » Têxteis	465	37 000
» Madeira e mobiliário	1044	14 000
Total dos sectores _ importantes	3638	100 000

Mas como se disse há pouco, as unidades fabris eram de pequena dimensão o que podemos ver, por exemplo, pelo facto de nas indústrias metalúrgicas, o número de unidades com mais de 100 operários ser 0,3/.

Além disso, as unidades fabris estavam polarizadas regionalmente nas cinturas de Lisboa e Porto, embora com alguma implantação no interior, como na Covilhã e Marinha Grande e pouco mais. Tudo isto leva a que a produção nacional seja insuficiente, o que leva às importações e ao desequilíbrio da balança comercial (1925).

A importância das colónias aumenta, a partir de 1920, pela exploração que elas propiciam, onde a reexportação dos produtos coloniais para o estrangeiro é um grande incremento para o desenvolvimento da indústria em Portugal, assim, como os lucros exorbitantes que as empresas retiravam da sua acção nas colónias.

Mas com isto não se pretende dizer que a burguesia portuguesa se apresentou autónoma nesta acção, mas com um carácter muitas vezes dependente face às burguesias estrangeiras e nomeadamente a inglesa. Em 1922 cria-se a primeira Confederação Patronal da burguesia industrial portuguesa. Mas com o capitalismo e o desenvolvimento da burguesia, aumenta simultaneamente o quantitativo da classe operária, embora como já se disse, em pequenas unidades (em 1917 só seis estabelecimentos tinham mais de 1000 operários).

Daí que houvesse dificuldade de hegemonia da ideologia burguesa que era resultado deste atraso do desenvolvimento capitalista, e, igualmente, ao facto de no campo não ter havido qualquer desenvolvimento tecnológico, qualquer mudança nos processos ancestrais de agricultura (précapitalista), leva a um forte movimento popular e à instabilidade política conhecida do período republicano.

Contudo, para se desenvolver, e para que a acumulação capitalista pudesse continuar, era necessário sufocar este movimento popular e a instabilidade política daí resultante. O aparelho de Estado demonstrava-se incapaz de servir estes propósitos e as estruturas democráticas não permitem, por isso, um novo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o que leva a burguesia a preparar-se para um novo sistema que o permitisse — o fascismo — como diz J. Martins Pereira (III) «o liberalismo republicano mostrava-se aliás incapaz de resolver as contradições entre os diversos interesses burgueses, de os disciplinar e ganhar a necessária autoridade para promover os compromissos indispensáveis e deles tirar o consequente proveito. A solução autoritária de 1926 vem responder com uma evidente lógica à urgência de «pôr em dia» as estruturas políticas-jurídicas com o nível ainda primário das forças produtivas». Por outro lado a classe operária bastante dispersa por empresas pequenas, o analfabetismo e a falta de consciência política, levou ao exponetismo e à incapacidade desta dar uma resposta eficaz à burguesia na sua preparação para o fascismo.

Assim surge o 28 de Maio que se apresenta como a condição a nível político para que burguesia desse um salto no seu crescimento, permitindo-lhe assim assegurar a continuidade da acumulação de modo a acertar passo na competição internacional com as burguesias dos outros países, dos quais se encontrava significativamente distanciada.

Assim, o 28 de Maio vem favorecer e criar condições para o desenvolvimento da burguesia nacional, ou seja, a acumulação desenfreada e a exploração consequente de modo a acertar passo na competição internacional.

O fascismo realiza-se fundamentalmente em três grandes traves mestras:

- Estatuto do trabalho nacional
- Lei do condicionalismo industrial
- Acto colonial

O Estatuto do Trabalho Nacional

O Estatuto do Trabalho Nacional vem proibir todas as formas de luta dos trabalhadores, a agitação e a greve, de modo a permitir as formas de exploração pela burguesia. Simultaneamente, vem legislar sobre a repressão do Movimento Operário e a criação dos Sindicatos Nacionais. A nível jurídico, esta lei vem defender o conceito de colaboração das classes em prol do desenvolvimento da Nação.

Referenciando por Manuel Lucena (IV), podemos ver que o «Estatuto de Trabalho Nacional», para além de se assemelhar em muito à «Carta del Lavoro» legislada pelo Governo fascista italiano, facto que é reconhecido e afirmado por Marcelo Caetano, divide-se em quatro partes:

O título I trata de «os indivíduos, a Nação e o Estado na ordem económica e social». Em que o artigo primeiro define a Nação Portuguesa como «unidade moral, política e económica, cujos fins e interesses determinam os dos indivíduos e grupos que a compõem».

O título II define as relações entre «a propriedade, o capital e o trabalho».

O título III define a organização corporativa

O título IV, a magistratura do trabalho.

Continuando a seguir Manuel Lucena, «extraem-se duas consequências do princípio da unidade (art. 1.º)

Em primeiro lugar o autoritarismo «a hierarquia das funções e dos interesses sociais é condição essencial da organização da economia nacional». (ETN art.º 31).

É portanto o Estado que deve reconhecer e impor essa hierarquia. Cabe-lhe igualmente o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social (E.T.N. — art.º 7.º Constituição art.º 31). Como diz, e bem, Manuel Lucena «não estávamos pois perante banalidades ao ler os primeiros artigos do «Estatuto», mas em face de uma precisa opção cheia de consequências. Visto que, à semelhança da unidade nacional, a hierarquia é um dogma «à priori» devemos esperar vê-lo acalentado pela prática do regime. Mas não é fruto dela, antes a sua condição».

Quanto ao Estado, o fascismo pretendeu apresentar-se sempre como um Estado acima das classes, um estado árbitro entre o capital e o trabalho e mesmo como árbitro entre as diferentes facções da burguesia.

«O Estado encarregar-se-á da «formação e desenvolvimento da economia nacional corporativa visando a que os seus elementos não tenham a estabelecer entre si uma concorrência desregrada... mas a colaborar mutuamente como membro da mesma colectividade» (Constituição — art.º 34.º)

«É esta a segunda consequência do princípio da unidade: aqui se esboça o princípio de colaboração de classes e grupos sociais». Mas se isto é constatado por Manuel Lucena, é necessário talvez apercebermo-nos mais profundamente deste aspecto, ou melhor dizendo, na análise do bloco social de apoio ao fascismo.

Aliás, o grande trunfo do fascismo foi ter conseguido um tão grande base social de apoio.

Vimos, voltando um pouco atrás, que o atraso da burguesia não tornava visíveis ainda as suas contradições internas, provocadas pela concorrência. Efectivamente, como a centra-

lização do capital se fazia lentamente a constituição do capital financeiro quase que não se constituía ainda, as possibilidades de ascensão da média burguesia à grande burguesia, devido à fraca composição orgânica do capital, o facto de, por isso a pequena burguesia não sofrer os efeitos da concorrência que num capitalismo avançado contribui para a sua proletarianização, permitiu o apoio de toda a burguesia ao fascismo, prometendo este atenuar o desequilíbrio da balança de pagamentos que afectava consideravelmente a pequena e média burguesias. Se a nível económico esta aliança se consumou, a nível político traduziu-se na aliança que Salazar fez com monárquicos, católicos e republicanos «desiludidos».

Mas se o E.T.N. depois exalta o entendimento entre as classes, não se esquece de criar os instrumentos legais de repressão para aqueles que o não seguirem. Foi proibida a greve e o «lock-out» (Constituição art.º 39) e o Estatuto (art.º 9) declara-se punível. E depois pelo D. L. nº 23870 impede não só a greve mas qualquer agitação social à volta das questões do trabalho.

Lei do condicionamento industrial

Este Decreto o n.º 19345 de 3 de Janeiro de 1931, pretendia travar as inevitáveis contradições entre os diferentes estratos da burguesia. A lei da não-concorrência entre a grande média e pequena burguesia; a comercial, bancária, industrial e agrária, visando o não desenvolvimento monopolista do capitalismo que levaria a graves roturas do bloco social de apoio ao fascismo. Este decreto, que inicialmente se aplicou às indústrias mais importantes, foi posteriormente alargado a todas as actividades industriais, primeiro transitoriamente, depois definitivamente em 1937.

Eduardo de Sousa Ferreira (VII) interpreta esta lei afirmando:

«Num Portugal com uma economia pouco desenvolvida, os estratos economicamente dominantes, suportes do Estado Novo, não se achavam em condições de resistir a uma

concorrência livre, que poderia perigar os seus privilégios e pôr em causa a imobilidade económica, os quais lhe permitiam dispor de mão-de-obra excedente e barata a asseguravam-lhes protecção contra a concorrência interna e externa e a posse das colónias em África».

O acto colonial

Já vimos a importância que tinha para o desenvolvimento da burguesia nacional, a exploração das colónias e a reexportação para o estrangeiro dos seus produtos.

No acto colonial pretende-se através dum centralismo político, um maior controlo de burguesia nacional nessa exploração.

Inicia-se com a ascensão do fascismo o favorecimento à burguesia nacional, e há um desenvolvimento autónomo da burguesia durante o período que se prolonga até fins dos anos cinquenta, princípios de sessenta.

Os investimentos estrangeiros diminuem e criam-se barreiras alfandegárias que oneram os produtos de importação. A aliança entre a burguesia industrial e os agrários, efectiva-se, continuando a deter estas posições importantes no aparelho de Estado, razão porque, nos primeiros anos do fascismo, até 1943, as principais verbas dirigiram-se à agricultura «Hidráulica agrícola, irrigação e povoamento interior» e melhoramentos rurais, e criação de órgãos com funções agrícolas, Estação Agrónoma Nacional, Junta de Colonização Interna, Lei do Fomento Hidroagrícola, Lei do Povoamento Florestal, etc.

Só a partir de 1942-43 se começam a fazer sentir a força da indústria pela construção de infra-estruturas básicas, Lei da Electrificação Nacional publicada em 1944 e 1945 a Lei do Fomento e Reorganização Industrial etc. .

É a partir desta altura que o país «agrícola» começa progressivamente a perder importância face à indústria.

Jão Martins Pereira (III) diz a este respeito: «Ainda fiél aos seus esquemas tradicionais da ortodoxia orçamental e pruridos nacionalistas em relação ao capital estrangeiro, confiado



nas virtudes do crescimento «lento mas seguro» sem problemas conjunturais, com base em largas reservas de mão-de-obra, não dando ouvidos a teorias que vinham demonstrando o papel impulsor da procura interna, a rendibilidade dos investimentos educacionais, a função económica dos sistemas de seguro social etc., o Governo foi bem a imagem de uma burguesia pouco esclarecida que se viu impelida, sem alternativa para um inevitável processo de integração europeia».

O «nacionalismo económico», morre nos inícios dos anos sessenta, quer pela guerra das colónias, que então se inicia, quer pela «integração Europeia» e pela entrada maciça de capitais estrangeiros que esta integração no mercado europeu capitalista, propicia.

Inicia-se, portanto, uma «abertura» à Europa a nível económico, que a nível político se viria a traduzir no fim desta década com o Marcelismo.

«À «penetrações de capitais» veio associada uma penetração ideológica com imposição de modelos mais europeus, no comportamento, nas aspirações sociais, no consumo e num certo «liberalismo» político.

Para esta época «a ideologia nacional» sofre algumas alterações mas com o cuidado de ser uma «evolução na continuidade» o que traduz não haver desejo de alterações bruscas

Neste trabalho não falaremos neste período, assunto que deixaremos para próximo artigo, que pelas suas características, diferentes do período que o precedeu, exige uma análise diferenciada desta que aqui hoje apresentamos.

A IDEOLOGIA E O FASCISMO

O fascismo, através dos seus mais «ilustres» representantes, cedo se apercebeu que para a sua própria manutenção, tinha de desenvolver uma campanha ideológica que propagandasse os seus valores e os impusesse ao povo. Daí que Salazar ainda antes de assumir o poder, se tivesse preocupado como o «problema da educação e a reforma da mentalidade»: «... Tudo se tem reformado menos aquilo que na realidade o devia ser primeiro — o homem».

... E que portanto de pouco valeria mudar Governos ou regimes se não tratássemos, em primeiro lugar de mudar os homens» (1).

Salazar percebera «empiricamente» que o assalto ao poder desencadeado só poderia ter êxito se fosse acompanhado por uma campanha ideológica, tendente a criar uma nova mentalidade nos homens portugueses (que é bom não esquecer, viveram a República e a democracia).

E em 1930 (2) Salazar já há quatro anos no poder, sublinhava a necessidade da hegemonia e continuidade da implantação da ideologia e dos valores fascistas.

«... Sempre que olho para o futuro, para a consolidação e prosseguimento do que há feito em favor da ordem, da disciplina, da economia e do progresso do País, *eu vejo nitidamente não se estar construindo nada de sólido fora de uma revolução mental e moral nos portugueses de hoje*, e de uma cuidadosa preparação das gerações de amanhã. (sublinhado meu)

E esta foi uma preocupação permanente de Salazar ao longo de toda a sua governação de que eu retiro mais dois exemplos bem significativos.

«A minha tese hoje é que se torna necessário intensificar a educação política do Povo Português para garantia da continuidade revolucionária... (3)

E em 1947 (4) lamentando-se dizia:

«... E temos de confessar que, por demasiadamente absorvidos em resolver problemas... não se deu ao trabalho de doutrinação política, de organização e formação da consciência pública aquela atenção que merecia».

Vemos que esta preocupação esteve sempre presente nas atuações de Salazar, criar o que em parte conseguiu, uma mentalidade retrógrada e fascista, de homens que servissem o sistema. Mas o que era um facto é que para ter homens subservientes, não os poderia ter simultaneamente activos e empreendedores à altura dos assuntos políticos.

«... A actividade febril que fez desta época uma das mais férteis em realizações de toda a história portuguesa..., mas bastante desacompanhada da acção política correspondente à sua importância e dificuldade. Era óptimo, se os homens fossem diferentes: não o tem sido por serem como são». (4)

E António Ferro, um dos principais ideólogos do regime e director do Secretariado de Propaganda Nacional (depois SNI e SEIT) afirmava mesmo: «... Sente-se que, perante correntes ameaçadoras da ordem social e dos princípios básicos da nossa civilização, desenvolvendo-se em combates ferozes para a conquista e destruição do Estado, os povos já se não sentem tranquilos com Governos oportunistas e comtemporizadores navegando ao sabor da maré, sem rumo definido, ainda que aparentem força; *eles anseiam por uma directriz, por uma ideia, por um sentimento contra outro sentimento, por uma doutrina e por um credo.* (sublinhando meu) 1933

É claríssimo aqui, em como há a preocupação do fascismo opor aos conceitos de democracia de alternância do poder, outros conceitos de um Governo forte que imponha o seu rumo e que a cada ideia democrática se deveria opor outra ideia naturalmente fascista, a cada sentimento, outro sentimento e fornecer uma doutrina capaz de se tornar um referencial e um norte ou credo para as massas populares.

É esta preocupação de opor no campo das ideias, na maneira de sentir, na maneira de *ver* e *estar* no mundo, que tão bem foi percebido pelos ideólogos do fascismo e que tão empenhadamente (através da censura à Imprensa e não só, por ex.) os impuseram durante 48 anos.

OS PRINCIPAIS PRÂMETROS DA IDEOLOGIA FASCISTA ou

Restauração das grandes certezas: Deus, A Pátria, A Autoridade, A Família, O Trabalho

«A primeira exigência da política nacional... é o reconhecimento, é o sentimento profundo da realidade da Nação Portuguesa em toda a extensão da sua Metrópole, das suas Ilhas e das suas Colónias, em todo o conjunto da sua população — uma realidade histórica e uma realidade social...

(1) «A minha resposta» 1919

(2) «Princípios fundamentais da revolução política» 1930

(3) 1938, «A Educação Política, garantia da continuidade revolucionária

(4) «Governo e Política»

«Nada contra a Nação, tudo pela Nação» (5)

É claro que dentro desta Nação não há realmente interesses opostos, a não ser aparentemente.

«... Nela estão incorporados e por ela vivem os indivíduos, os organismos privados e públicos. Esta *unidade* resultante da sua integração e da *concordância profunda dos seus interesses, ainda que às vezes aparentemente contrários, não há que separá-los ou opô-los, mas que subordinar a sua actividade ao interesse colectivo*» (5)

A Nação e o Estado como entidade acima dos homens e das classes quise como entidade mística (e de mãos dadas como os representantes de Deus na Terra) foi a primeira trave mestra de toda a propaganda fascista.

E a este estado, todos se deviam curvar, como entidade supra humana e supra classista, e neutra politicamente.

(5) 1929 «Política de Verdade. Política Nacional»

Alinear o povo num nacionalismo estreito jogando com o seu misticismo e sempre no ponto de vista emocional e não objectivo, característica aliás de outros chefes fascistas como por exemplo Mussolini, que empolgava ou solicitava das massas, a emoção e a sua parte racional, razão que levou W. Reich (XIII) a dizer «o fascismo na sua forma mais pura e o somatório de todas as reacções irracionais do homem médio. «Demos à Nação optimismo, alegria coragem, fé nos seus destinos; retemperemos a sua alma forte ao calor dos grandes ideais, e tomemos como nosso lema esta certeza inabalável: Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera Nação. Sê-lo-á». (5)

Aliás estes apelos à emotividade e ao sentido religioso do nosso povo (as repetidas vezes que fala da fé) esta simbiose perfeita que fez com a Igreja Católica e a sua preocupação de justificar os seus actos como que se materializasse nele a defesa da fé e da verdade.

Manuel Lucena (IV) sublinha também este aspecto dizendo que «... espírito cristão» anima desde o início o corporativismo português. A cada passo se ouvem ecos da doutrina social da Igreja, inflectindo ou temperando a outra.

Dir-se-ia que ao evocar a forma dos Papas se tornava muito simplesmente mais aceitável a de César...

Eduardo Lourenço (I) emitiu opiniões semelhante: «Infelizmente o fascismo português» foi qualquer coisa de «profundo» de intimamente ligado por todas as fibras do nosso itinerário histórico a toda a estrutura arcaizante da sociedade portuguesa, qualquer coisa de «orgânico» para empregar uma das «categorias» do próprio sistema. Não sei se foi mais «orgânico» que o nazismo, mas foi-o sem dúvida mais seriamente que o fascismo propriamente dito, o italiano, que *laico* na sua ideologia, *não pôde realizar a simbiose espantosa, o monstruoso conúbio que o nosso operou desde o início, com o catolicismo*» (sublinhando meu)

Quanto à família...

«Eis na base a família — célula social irredutível, núcleo originário da freguesia, do município e, portanto, da Nação; é, por natureza, o primeiro dos elementos políticos orgânicos do Estado Constitucional» (6) (1930) *Princípios Fundamentais da Revolução Política*.

Mas se a família era uma unidade social e política, também era uma unidade económica. «A família exige por si mesmo duas outras instituições: a propriedade privada e a herança.» (...)

Há impossibilidade, haverá mesmo em muitos casos inconvenientes em que o trabalhador possua os meios de produção (...) mas é utilíssimo que o instinto de propriedade

que acompanha o homem possa exercer-se na posse da parte material do seu lar» (7). (sublinhando meu)

Temos o profundo significado social e ideológico destas «opiniões» que foram profusamente propagandeadas, mas o que o fascismo queria da família ensinou-o pormenorizadamente na Escola, de que daremos alguns apontamentos, quando falaremos nesta Instituição.

Quanto ao trabalho, este é uma fonte de virtudes...

«... Porque dele se alimenta a vida, provém a riqueza das nações e deriva a prosperidade dos povos, o trabalho é glória e é honra, com diferente utilidade, diverso valor económico, mas idêntica dignidade moral» (8)

Em conclusão:

«Não discutimos Deus e a virtude, não discutimos a pátria e a sua história; não discutimos a autoridade e o seu prestígio, não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever» (8)

Falámos até aqui das grandes «certezas» do fascismo e os principais aspectos em volta dos quais funcionou toda a ofensiva ideológica do fascismo. Mas se falámos neles, falámos abstratamente. Trata-se agora de ver em que medida estes princípios são aplicados e materializados nas várias instituições. Na impossibilidade de analisar no âmbito de um artigo todas as instituições sociais, vamos reduzidamente referir-nos à escola e depois ao cinema português, vendo se eles traduzem, e em que medida, estes grandes princípios que não se discutiam — Deus, Pátria, Autoridade, Família e Trabalho — tal como não se discutiram todos os outros menos fundamentais.

Foram, enfim, 48 anos de um longo monólogo, em que os trabalhadores não puderam fazer ouvir a sua voz de uma maneira significativa, e em que as formas de exploração e repressão foram duma intensidade, que o Povo Português não esquecerá.

A Escola

Pusémos a questão de saber se os princípios ou as «grandes certezas» eram «certezas» só para os governantes, ou se, pelo contrário, elas estavam incrustadas e eram veiculadas através das instituições. A escola, os programas e o conteúdo dos seus manuais, dar-nos-ia boas indicações para verificarmos, em que medida, as grandes traves-mestras da ideologia fascista aqui eram traduzidas.

Maria de Fátima Bivar Velho da Costa (XI), dá-nos um contributo básico neste domínio e encontra através duma análise exaustiva aos compêndios do Ensino Primário, estes grandes temas, Deus, Pátria, Autoridade, Família e Trabalho, fiel e exaustivamente tratados.

Quanto à Pátria... «A nossa Pátria é uma grande família formada por todos os portugueses, sem distinção de lugares ou de raças» (1).

Mas também aqui a Pátria aparece envolvida num misticismo religioso. M.F.B. detecta isso mesmo na sua análise: — «A afirmação da nacionalidade não faz, porém, apenas apelos à ligação e terminologia afectiva, como se alimenta ainda de determinado *sentimento religioso*, num intercâmbio de símbolos»...

(7) Conceitos Económicos da Nova Constituição, 16 de Março de 1933

(8) As Grandes Certezas da Rev. Nacional 1936

«... Terra da Pátria-raminho
De frondoso laranjar!
Chagas de oiro em pergaminho
Cruz de Cristo baptismal

...
Terra da Pátria-mosteiro
trompa de guerra, missal
Infância e Cavaleiro
Deus te guarde, Portugal» (2)
«Quem quer ver a barca bela,
que se vai deitar ao mar?
Nossa Senhora vai nela,
Os Anjos vão a remar!
S. Vicente é o piloto
Jesus Cristo o general
Que linda bandeira levam
Bandeira de Portugal.» (3)

Quanto à autoridade...

«... Tributar *veneração* ao nosso chefe de Estado, prestar-lhe as honras devidas pelo alto cargo que exerce, e cumprir o que ele manda é, pois, dever de lealdade para com a Pátria, que obrigação de amar e servir» (4)

«É Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades» (5)

Deus, Pátria, Autoridade, foram também na Escola os conceitos sempre presentes. A Escola tem como sabemos duas funções fundamentais; uma é a de formar quadros aos diferentes níveis que o sistema necessita: o ensino superior para os quadros superiores o ensino técnico para os operários especializados; o ensino médio para os quadros médios e o ensino primário para os trabalhadores agrícolas e operários não especializados, isto a grosso modo. Outra é a transmissão de valores ideológicos e culturais que o sistema defende e que necessita para a sua manutenção.

Pelo facto de no início do fascismo, Portugal ser uma sociedade proeminentemente rural, onde a agricultura ainda estava muito atrasada, não exigia muitos conhecimentos, a quem tenha por vida repetir os processos ancestrais de o cultivo e amanho das terras que vinham de geração em geração.

A Escola era assim fundamentalmente um meio de transmissão ideológica do sistema onde os seus valores culturais eram ensinados, como verdades absolutas. A Escola era assim, mais do que ler e escrever, um veículo de transmissão de «certas certezas» e de certos «assuntos» que aliás se podem dissecar facilmente analisando conteúdo dos manuais escolares obrigatórios.

A par da Pátria, de Deus e da Autoridade, a Família é também uma instituição social, fundamental para o sistema.

Daí que, a Família seja um tema tratado com grande exaustão, aqui, afirmando-a como célula base da sociedade, e mais do que isso (e aqui vemos como até a nível da vida quotidiana esta fascização do quotidiano se traduz) são os seus membros bem definidos quanto às suas funções e relação dentro da família. Será importante analisar que, até ao nível das relações, do comportamento dos seus elementos, dentro da família, o fascismo se impôs e definiu o papel dos vértices do triângulo, pai, mãe e filho. É também curioso verificar aqui não é lembrado o homem nem a mulher que abdicam da sua relação (que não é referida) em favor de outro elemento — o filho —.

«As relações entre pai e mãe são apenas evocadas na base da prestação de serviços mútuos», lembra M.F.B. Efecti-

vamente e à semelhança do fascismo italiano, as mulheres são as grandes esquecidas do fascismo, as mães são os seres mais glorificados e múltiplas vezes referenciadas.

O desenvolvimento das forças produtivas, situava a família nesta altura, como unidade económica, fundamental para a manutenção e reprodução da força de trabalho do homem, ficando para a mãe o trabalho exclusivamente doméstico.

«A mãe passa o dia na cozinha...» (6)

«Minha querida mãe! Como ela olha por tudo, como ela parece estar ao mesmo tempo em toda a casa» (7)

M.F.B. encontra na figura da mãe várias características — elemento ordenador onipotente, iniciadora da ordem moral, servidora da ordem e da segurança a mártir.

«... A mãe é a *total abnegação*, amá-la é reconhecer-lhe o sofrimento tácito, ela é liricamente única e insubstituível, mas totalmente dependente da existências dos filhos». E reforçando o esquecimento absoluto da mulher enquanto tal, abdicando na figura da mãe, que tão bem M.^a Macciochi (XIV) caracteriza igualmente no fascismo italiano, M.F.B. acrescenta:

«Não é sequer a sua ligação ao pai que a erige ser humano amável e a justifica, mas tão somente sua condição de mãe, e é, *vítima amante credora de amor* a cada momento, para toda a acção».

E para fechar com «chave de oiro» mais duas referências:

— «Que pena me faz, senhora Maria da Várzea! Ainda tão nova e já com tantos filhos e tantas fadigas!

— Pois eu, com tanto trabalho e tantos filhos, sinto-me muito mais feliz, minha senhora» (8). «Sentada à lareira a fazer os fritos da consoada, a mãe toda se revê nos oito filhos que Deus lhe deu. Para eles vive e, de tanto lhes querer, até se esquece de si» (9)

Mas se o fascismo define o que a mãe deve ser na sua casa, também diz qual o papel do pai e do filho, «o pai é a autoridade na família. Os filhos são obrigados a ter-lhe amor, respeito e obediência» (10).

O pai é portanto o símbolo da autoridade dentro da família, com a função de angariar os meios de subsistência para a família.

«Meu pai trabalha desde manhã até à noite para que em nossa casa não falte o pão nem o confronto». (10)

Quanto à criança, pelo sacrifício que os pais fazem, deve retribuir, sendo bem comportado «os pais sentem-se felizes por terem uns filhos bem comportados» (10).

«E sabem ainda os meninos quanto suam os seus pais para ganharem o dinheiro com que se compra o vestuário, os dias e as noites de vigília e cansaça de suas mães...» (11)

«A infância é condição da dívida permanente e insolúvel a curto prazo...»

(1) Livro Leitura da 3.^a classe p. 39 Ed. Domingos Barreira 1958 4.^a ed.

(2) Livro Leitura 3.^a classe P. 79

(3) » » » 111p. 156

(4) L. L. 3.^a classe p. 176-178

(5) L.L. 1.^a classe, 1959 p. 75

Ed. Domingos Barreira 8.^a ed. 1958

(8) L. Lei 3.^a classe pag. 43

(9) » 1.^a classe pag. 87

(10) L. L. 1.^a classe pag. 64

(11) L. L. 3.^a classe pag. 55 e 56

«E que eu esteja junto dele, quando já for bem velhinho, para o poder amparar, com amor e com carinho» (12).

Quanto às referências ao trabalho no meio rural, é fortemente dominante e é apresentado como o trabalho básico dos portugueses, sendo a cidade e o trabalho nela desenvolvidos, menosprezados face àquele.

«... Por fim complicou-se a vida com a civilização criaram-se as cidades e multiplicaram-se os ofícios e as profissões (...) o ar puro, que tão necessário é à saúde, falta nas cidades. Além disso, o bulício, o ruído, as ambições insatisfeitas, tudo contribui para minar a saúde dos habitantes da cidade» (13).

«... Mas nas cidades, onde há poeiras, fumo de fábricas, mil impurezas e muitas doenças, os ares não são tão levados e saudios como o dos campos e das serras (...) Felizes os que podem viver tranquilamente nas serras e nos campos» (14).

Se o campo é o habitat natural do homem, igualmente «a agricultura é a maior fonte de riqueza e é aquela que produz as coisas mais essenciais à vida humana» (15).

Mas se o meio natural do homem é o campo, a agricultura a sua actividade natural, *natural é também a propriedade, ou a posse da terra, mesmo que pouca seja*.

«... Digo-lhe que estava como louco. Até falei alto. Lembro-me bem do que disse ao ver-me cá dentro: — *Isto é meu!* — E depois que sabia que era meu, parecia outra coisa tudo isto. — *Meu!* Não me fartava de repetir esta palavra — *meu!* (...) que eu ganhara à custa de muito trabalho, de muito suor e de nenhuma vileza» (16).

Se a propriedade era «natural», «natural» era também poder obtê-la para aqueles que a não tinham com trabalho, esforço, estoicismo e perseverança.

E para terminar, uma referência à alegria e à felicidade de um trabalho agrícola... (vindimas)

«... Corpos curvados sobre o sol ardente e as almas, com o corpo, em pleno dia Dos Trabalhos do campo, este é somente Aquele que se faz com alegria» (17)

«Homens e mulheres entram nos vinhedos com redobrada alegria... não há cansaço que diminua o entusiasmo de todos» (18).

Como se vê, estão aqui retratadas as principais preocupações ideológicas, as principais traves-mestras dos princípios fascistas, nos manuais obrigatórios que só foram alterados em 1968 e cuja alteração vêm corresponder a uma nova fase da vida portuguesa e cuja análise faremos na 2.^a parte deste artigo.

O CINEMA

Em 1911 realiza-se o primeiro filme de argumento em Portugal — Os Crimes de Diogo Alves —; a ascensão do «Estados Novo» encontra portanto o cinema numa fase de desenvolvimento muito débil com dois ou três filmes de argumento, feitos. No entanto o cinema, a sua importância como veículo dos princípios e valores do fascismo, foi logo reconhecido, de que «*Revolução de Maio*» filme de elogio ao fascismo (1937) é exemplo.

O cinema, se logo é compreendido como elemento importante ao serviço dos princípios do «corporativismo» é sempre indicado como uma arte «popular» ou menor, com o objectivo de divertir de modo a «... que nos liberte do quotidiano, dos nossos azedumes e rancores, das nossas *divergências* 19.

(12) L.L. 1.^a classe pag. 100

(13) Leituras para o E. P. 4.^a classe p. 138/139, Augusto Pires de Lima e Américo Pires de Lima, Porto Ed. Lda, 28.^a ed. 1966.

(14) L. da seg. classe pag. 55, Porto Ed. Lda. 6.^a ed. 1958

(15) Leitura p/Ensino Primário 4.^a classe pag. 114-115.

(16) Leitura p/Ensino Primário 4.^a classe pag. 29-30 (Júlio Dinis)

(17) Leituras p/Ensino Primário 4.^a classe pag. 29

(18) L. Leitura 3.^a classe pag. 73-74

(19) António Feno, director do SNI, 1950

Mas se o cinema pretende ser um veículo, ligeiro de distração não pode esquecer aquilo que um dos realizadores mais apoiados pelo regime, António Lopes Ribeiro (com 50 filmes realizados), dizia quando entrevistado pela revista «Cinefílo», a propósito do seu filme «Revolução de Maio».

Depois de afirmar que as suas intenções eram subordinadas a quatro pontos cardiais (servir o cinema português, servir o público português, servir a propaganda de Portugal e servir a política de Salazar) concluiu: «... Estou certo de que os quatro pontos cardiais se podem resumir num só, é que, servindo a política de Salazar, eu sirvo, implicitamente a política de Portugal, do público, e do cinema português.

Espero não me enganar». (20)

Mas os filmes terão efectivamente traduzido, tal como na escola, aqueles princípios básicos que o fascismo definiu como seu suporte superestrutural?

Luís de Pina (IX) diz que o mais correcto para conhecer as implicações sociais dos filmes portugueses «... seria apontar todos os argumentos de todos os filmes e fazer um elenco completo do que neles se mostrou e passou».

Contudo, reconhece que, mesmo sem fazer esta análise exaustiva, a terra e o mar, a sua apologia, a «temática rural» é uma característica primeira de grande número de filmes portugueses «As Pupilas do Sr. Reitor» (3 versões) «A Rosa do Adro» (2 versões) «Mulheres da Beira» «Os Olhos da Alma (Nazaré)», «A Severa», etc.

Mas como verificou Luís de Pina, isto não queria dizer que se tratasse a temática rural, com profundidade, mas sempre superficialmente, em forma de «bilhete postal», como ele próprio afirma. E sublinha mesmo, apesar da constância da temática rural: «...Raras vezes o cinema se encontra com a terra portuguesa».

É curioso que, ao contrário deste, o «novo cinema» português é essencialmente um cinema de cidade, que corresponde também à transformação do país agrícola, em industrial (desde a década de 60), período que, contudo, trataremos em trabalho posterior.

O *Espírito e a Religião* foram outros aspectos que Luís de Pina apresenta no seu trabalho (IX), caracterizando o cinema português, dizendo que o nosso cinema retrata a realidade espiritual portuguesa, desde a cultura à religião. São ex. «Fátima Milagrosa», Fátima Terra de Fé», «A Luz vem do Alto», etc. Mas se Luís de Pina constata estes aspectos, não mostra de maneira clara de que modo a ideologia do regime era veiculada nos filmes, antes emite a opinião que «... Durante o Estado Novo, os filmes tinham um conteúdo inócuo, desmobilizador, quase sempre romântico, estilizado, composto, ingénio...» Mas talvez a ingenuidade aparente dos filmes escondessem no fim de contas, aquilo que o regime tinha por muito grato. E talvez eles não fossem tão desmobilizadores... Aliás, Eduardo Geadá (XII) diz encontrar quatro

grandes categorias de filmes realizados nesta época. Cito: «O filme de *comédia populista*, na qual o optimismo desejeitado, mas triunfalista, da pequena burguesia, conduzirá o país na via da *conciliação de classes e na aceitação dos valores morais da família, da hierarquia, da festa e da religião* (Maria Papoila, «Varanda dos Rouxinóis», «O Pai Tirano», «O Pátio das Cantigas», «O Costa do Castelo», «A Menina da Rádio», «O Leão da Estrela», etc.) (sublinhado meu).

Cá temos a *Família*, a *Autoridade* ou hierarquia, o *Trabalho*, ou a conciliação de classes. E a apologia da pequena burguesia, dos seus modos de vida e actividade. Mas para além destes princípios há a *Pátria*...

«*Filme histórico patriótico*, de exaltação nacionalista, não raro baseado em biografias romanceadas de heróis exemplares, cuja missão suprema consistiria em relançar aos olhos dos portugueses e do mundo, através da grandiosidade dos feitos, dos cenários e do guarda-roupas, a iconografia romântica da alma lusitana e da sua missão civilizadora e cultural (Bocage, A Rosa do Adro, Feitiço do Império, Amor de Perdição, Inês de Castro, Camões, Frei Luis de Sousa, Chaimite, etc.)» (O. C.)

E, claro, tudo isto, na alegria dum país onde temos a felicidade de vivermos num «ambiente rural»...

«O filme de *folclore rural* ora brejeiro, ora apoiado num certo tom dramático, a que não era alheia a influência de certa linguagem, e onde era visível a preocupação de valorizar a terra concebida como matriz, de fecundidade e riqueza, mas também de aproveitar a fotogenia, e o exotismo dos trajes regionais e dos figurantes populares (Gado Bravo, Aldeia da Roupas Brancas, As Popilas do Sr. Reitor, Os Fidalgos da Casa Mourisca, João Ratão, Fátima Terra de Fé, Lobos da Serra, um Homem do Ribatejo, etc.)» (O. C.)

As grandes *certezas* aí estão. Na Escola, no cinema concertada em todas as outras situações, na comunicação social, etc. Certezas que foram efectivamente realidades durante 48 anos, embora alguma «evoluindo na continuidade» no período último do salazarismo, com a industrialização e a penetração de capitais (e ideologia) estrangeira.

As «certezas» durante tantos anos «verdades oficiais» marcaram profundamente as nossas atitudes e comportamento, (o autor deste artigo, recorda-se perfeitamente dos manuais aqui citados os quais estudou). Estas certezas dizia, não desapareceram na madrugada de 25 de Abril. E a sua recuperação, a recuperação dos valores e ideologia fascistas será, *é um facto*, se em desfavor delas não apresentarmos ou nos empenharmos na construção duma nova mentalidade do homem português. Contra eles, deveremos opor a verdade e a explicação objectiva dos factos; contra as ideias retrógradas, há que opor as ideias da verdade e da objectividade, da justiça e do progresso.

E nisso, tudo nós, queiramos ou não, estamos empenhados e comprometidos... dum lado ou de outro. Naturalmente, que uns com mais responsabilidades. Que as saibam(os) assumir. O futuro e História julgarão

BIBLIOGRAFIA DE BASE UTILIZADA

- I — O Fascismo Nunca existiu — Eduardo Lourenço — D. Quixote
- II — O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal — Ramiro da Costa — Assirio e Alvim
- III — Pensar Portugal Hoje — J. Martins Pereira — D. Quixote
- IV — O Salazarismo e o Marcelismo (2 volumes) — Manuel Lucena — Perspectivas e realidades
- V — A Crise das Ditaduras (Portugal, Grécia, Espanha) Nicos Poulantzas — Presença
- VI — Antologia 1909 a 1955, discursos, notas, relatórios, teses artigos e entrevistas — Salazar — Ed. Vanguarda, 1955.
- VII — A Decadência do Corporativismo — Eduardo de Sousa Ferreira — Sá da Costa
- VIII — Panorama do Cinema Português — Luis de Pina — Ferra Livre
- IX — A Aventura do Cinema Português — Luis de Pina, Editorial Vega
- X — Documentos do IPC sobre cinema português
- XI — Ensino Primário e Ideologia — M.^a Fátima Bivar — Ed. D. Quixote, 1971
- XII — O Imperialismo e o Fascismo no Cinema — Eduardo Gêada, Moraes Editores
- XIII — Psicologia de Massas do Fascismo — W. Reich — D. Quixote
- XIV — M. Macciocchi — Elementos para uma Análise do Fascismo — Bertrand
- XV — Fascismo e Ditadura (2 Volumes) — Nicos Poulantzas, Portucalense Editora
- XVI — A Revolução de 1910 — Vasco Pulido Valente, D. Quixote
- XVII — Ideologia Política do Estado Salazarista — Jorge Campinos, Portugalia
- XVIII — A preparação ideológica da Intervenção Militar de 28 de Maio de 1926, Edições Afrontamento
- XIX — Antologia, Seara Nova (2 volumes)
- XX — A Mitologia Fadista, Livros Horizonte

ERRATA N.º 7

No Editorial do N.º 7, onde está:

2 — Uma estrutura que congregue os animadores...

deve acrescentar-se:

A APAC, Associação Portuguesa de Animadores Culturais, pode e deve ser o início desta estrutura.

arte dramática e educação

JORGE REYS

1. — FUNDAMENTOS:

A nossa epígrafe — «Arte Dramática e Educação» — não é arbitrária. Escolhemo-la conscientemente em vez de «Teatro e Educação». E a partir das diferenças entre ambos, precisaremos as nossas linhas de orientação. Preferimos este método porque de antemão eliminamos confusões muito generalizadas, sobretudo ao nível de grupo de base.

Com efeito, é costume pensar só o «teatro» é a expressão da arte dramática e consequentemente, todo o trabalho deve girar em volta dele. Mas o «teatro» é um fenómeno específico, um resultado particular do género Arte Dramática. Ou seja, entre ambos há diferenças quantitativas, raios de acção diferentes: maiores na Arte Dramática, menores no «teatro». E estas diferenças determinarão, no momento próprio, níveis qualitativos também diferentes, em conformidade com os seus objectivos.

O objectivo do «teatro» é o espectáculo; essa é a sua razão de ser. E para ele converge a trilogia: texto, actor e público.

Quando se fala de socialização, de acudir às camadas mais desfavorecidas, e falamos de contribuir para a sua autonomia, podemos escolher *aprioristicamente* um meio selectivo? Porque o «teatro» é selectivo. Em todo o momento é governado pela ideia do espectáculo como fim supremo. Face a ele escolher-se-á uma obra. E face a ela escolher-se-ão os actores.

E aqui podemos perguntar-nos ainda mais directamente, e onde fica o nosso homem desfavorecido, este mesmo homem que dentro da grande gama de adiamentos que sofre não tem conseguido obter a possibilidade de exprimir-se, e por isso mesmo, é outra vez excluído? Não nos parece válido culpar o «teatro» em si mesmo. Acreditamos que se trata de um problema de localização, de encontrar o campo mais idóneo aos nossos objectivos da educação. Tal campo é a Arte Dramática, considerada como uma disciplina destinada a colaborar na formação integral do indivíduo.

Ideia ampla, ambiciosa, que vai desde a libertação até levá-lo a uma compreensão da realidade e às necessárias intervenções para a sua formação.

«A análise válida do que a arte dramática, como precioso auxiliar da educação permanente, confere aos sujeitos que a praticam, baseada num método intensamente activo, mormente a recreação, o diálogo, a autodescoberta e a utilização linguística e plástica, o estudo da arte dramática proporciona enormes vantagens a qualquer género de formação pedagógica.

O participante sente-se realizado no autodesenvolvimento que a sua personalidade solicita e simultaneamente abre-lhe os caminhos da animação sócio-cultural» (●).

(●) Conclusões de um Seminário ditado no Porto, «Primeiro de Janeiro», 22 de Maio de 1978.



Enquanto no «teatro» a permissa é o espectáculo, na nossa Arte Dramática é a formação do homem. Não ignoramos que o «teatro», como qualquer outra actividade, pode ter implícitos fins formativos, mas é inegável que a sua ênfase é menor do que é desenvolvido pela arte dramática como meio pedagógico. Estas diferenças singularizam o nosso trabalho frente ao movimento ordinário do teatro de amadores e do teatro profissional. Já à partida a nossa aspiração artística é modesta.

E as diferenças vemo-las desde o início em que pomos de lado critérios selectivos. E se por razões de operacionalidade é imprescindível uma selecção, esta será sempre a favor dos desfavorecidos, de aqueles que precisamente necessitam da Arte Dramática para desenvolver a sua formação. E podemos proceder assim porque partimos sem ter em vista a ideia do espectáculo. E com essa mesma amplitude desenvolveremos o nosso trabalho. E adaptaremos os conteúdos da Arte Dramática, situando-os sempre como um meio para os nossos objectivos particulares.

Assim, por exemplo, a «expressão corporal», levá-la-emos a corrigir maus hábitos de sentar-se, de caminhar, de falta de sincronização; desenvolveremos também a capacidade de resistência, de dissociação, de relaxação. Numa palavra, procuraremos levar o indivíduo a uma conduta física consciente, que faz do corpo um elemento de apoio para um desenvolvimento o mais normal e harmónico possível.

Iguais objectivos de racionalidade procuraremos com os conteúdos da «Produção da voz», matéria geralmente descuidada — incluso na formação de mestres — ou levada por não iniciados a limites impróprios e às vezes com prejuízos irremediáveis.

Depois, na «Actuação», teremos oportunidade de activar e desenvolver aspectos psíquicos como a observação, a percepção, a retenção, a concentração, a imaginação e toda a ampla gama das emoções.

O trabalho separado e integrado de todos estes componentes fá-los-á vibráteis, dúcteis para que o indivíduo se afirme como um sujeito lúcido, sensível e criador.

Sempre dentro da «Actuação» e particularmente das improvisações e jogos dramáticos, teremos oportunidade, por último de passar da afirmação individual a uma etapa formativa superior: à etapa do homem responsável socialmente.

Inúmeras são as situações que se prestam para isso. Desde o simples conhecimento da realidade até à tomada de uma posição crítica relativamente a ela e de maneira a que comece a modificá-la. E é que, como poucas, a disciplina de arte dramática é amplamente integradora e totalizante. Integradora, mesmo nesse óptimo sentido de facilitar um processo de troca em que cada um é simultaneamente mestre e aprendiz.

Como poucas a disciplina de Arte Dramática leva também incorporados os elementos para uma dinâmica de mudanças. E aí estão patentes os papéis das forças protagónicas e antagónicas.

Insistimos, porém, e com incansável ênfase, que as revelações conseguidas só serão frutíferas quando o trabalho dramático tenha espaço, estímulo para a espontaneidade. Qualquer acção contrária conduzir-nos-á a revelações deformadas e, o mais grave, afectará a susceptibilidade criadora do nosso homem; primeiro valor que deve respeitar qualquer acção.

Com os objectivos formativos já descritos, o nosso labor, em estrito rigor, fica concluído. Com frequência, porém, o nosso trabalho desembocará num fim accidental, neste espectáculo que é o «Teatro». E chamá-lo accidental porque, como já foi dito, ele não fazia parte dos nossos objectivos iniciais, é apenas uma hipótese que poderá ou não concretizar-se, poderá ou não alterar a inspiração anónima do trabalho efectuado.

O «Teatro», nestas condições, aparece como a culminação natural e lógica duma formação que levou o indivíduo a descobrir o seu potencial criador e os meios para desenvolvê-lo.

A partir daí as projecções são incomensuráveis. A cultura passa a nutrir-se com expressões genuínas de indivíduos duma densa carga interior forjada na vida diária. Um impacto assim necessariamente trará modificações, crises e progressos. Isto é, haverá uma nova cultura em movimento.

Com isto apenas estaremos a cumprir um acto de justiça e de tardia redistribuição dos meios de expressão que, paradoxalmente, foram criados por este mesmo homem que a evolução moderna forçou ao silêncio. E aí está o testemunho histórico dos primeiros desenhos em cavernas milenárias.

2. — REALIZAÇÃO:

Desde o início da educação popular, encontrar-nos-emos, concretamente com estereótipos e variadas formas de mistificação abafando uma expressão popular própria e desiludindo futuros participantes. Pense-se, por exemplo, no efeito contraproducente, e muito generalizado, dum grupo de teatro que opta por uma obra com um texto que deve ser memorizado, apesar de nessa localidade existirem numerosos analfabetos. Ou o caso de outro grupo que num meio com uma maioria de operários, utiliza maquilhagem imprópria ou impõe aos intervenientes papéis do sexo contrário.

Os exemplos, sem dúvida, poderiam multiplicar-se. Diante de nenhum seria justo assombrar-nos quando sabemos que são a consequência lógica da pressão, do bloqueio cultural existente o que os leva até a menosprezar as suas possibilidades criadoras. Em suma, na nossa acção terá de existir a profunda convicção de colaborar a resgatar e dignificar a criatividade. Damos por óbvio que esta acção terá que desenvolver-se com muita flexibilidade e esmerado tacto.

Uma ocasião um participante disse: «Se, como pensamos, o homem que descobre a Arte pode ser curado, no

sentido mais amplo do termo, pela via da Arte Dramática, como meio superior da formação integral do Homem, chega-se inquestionavelmente à sua libertação, e esta será quanto a nós, a mais profunda e bela acção educativa.

Só é livre quem não é manipulável e só não é manipulável quem ascendeu, através de um assaz penoso esforço de descoberto, ao confronto de todas as suas capacidades numa permanente relação sujeito-objecto.

Essa consciência crítica, o resultante critério de auto e hetero-avaliação, a natural integração no mundo dos outros, que é também o nosso despojado de egoísmo, conduz a uma correcta participação na colectividade, participação

viva e actuante, encaminhada para a transformação e apontada a uma vida cultural e socialmente mais justa.»

Resta-nos ainda, referimo-nos a um objectivo colateral da arte dramática: servir de auxiliar didáctico. Significa isto que valendo-nos da arte dramática transmitiremos determinados conhecimentos de maneira a torná-los mais assimiláveis. Uma experiência assim atinge, com frequência, níveis vivenciais indeléveis.

JORGE REYES F

* ex-director da Universidade do Norte — Iquique — Chile





LIVROS PARA CRIANÇAS

*importa escrever para as crianças
histórias que sejam encanto e ensinamento,
que possam divertir sem serem supérfluas,
que lhes digam verdades sem as molestar,
enfim, que lhes abram o mundo das palavras e das imagens
que têm dentro delas*

coleção «bola amarela»

1 — SOU UMA ONDA PEQUENINA
por Graça Vilhena
(60\$00)

coleção «bola amarela»

1 — UM + UM — DOIS AMIGOS
por Maria Alberta Meneses
(100\$00)

2 — História do Coelho Contento
por Graça Vilhena
(100\$00)

coleção «bola azul»

1 — A CHAVE VERDE OU OS
MEUS IRMÃOS
por Maria Alberta Meneses
(100\$00)

coleção «Zig-Zag»

por Dorindo Carvalho

1 — AS BRINCADEIRAS DO CÍRCULO
E DO QUADRADO (30\$00)

2 — O PASSARINHO PRETO
E A ALEGRIA DE TODAS AS CORES
(30\$00)

3 — O GATO DAS BOTAS (30\$00)

coleção «para ler, aprender e pintar» por Dorindo Carvalho

1 — eu sou o vermelho (30\$00)

1 — eu sou o amarelo

1 — eu sou o azul

1 — eu sou o verde

coleção «Ja Percebi!» (80\$00)

por Kellie Gardner, Carlo e Mireille Wieland

- 1 — A LIBERDADE DE EXPRESSÃO
- 2 — AS INFORMAÇÕES QUE NÓS RECEBEMOS
- 3 — HISTÓRIA DE UMA DEFINIÇÃO
- 4 — UMA IDEIA SOBRE ORGANIZAÇÕES
- 5 — PORQUÊ NÚMEROS NEGATIVOS
- 6 — UMA SIMPLES LIÇÃO DE HISTÓRIA
- 7 — A ARITMÉTICA NA BASE-DOIS
- 8 — A PROPÓSITO DE UMA LEI CIENTÍFICA
- 9 — A POLUIÇÃO O QUE É?
- 10 — AXIOMAS, AXIOMAS, AXIOMAS
- 11 — AS POTÊNCIAS NA MATEMÁTICA

coleção «Quem foi, quem é?» (80\$00)

1 — FERNÃO MENDES PINTO

por António Manacas

2 — COPÉRNICO

por Cidália de Brito



estúdio técnico de edições
e artes visuais, lda.
Rua Marquês da Fronteira, 3-r/c-dto.
Paço de Arcos

Distribuição BERTRAND

alfabetização

O LEVANTAMENTO DA ZONA — porquê e como?

1. Sobre Alfabetização:

— ler e escrever é o que interessa às pessoas que querem «alfabetização»; estão interessadas em aprender depressa.

— é preciso saber explicar o método que se vai usar e que à primeira vista parece muito demorado — dá ideia de que se perde muito tempo a discutir.

— 2 questões quanto ao método:

1.^a — começar por aprender palavras em vez de letras — as palavras ajudam a mais facilmente perceber e fixar os sons que correspondem a sílabas (mesa  — qualquer pessoa, com isto, sabe que a palavra indica mesa e facilmente reconhece o som me e sa).

2.^a — discutir sobre as palavras que se estudam tem dois tipos de interesse: fixar melhor as palavras e iniciar as pessoas na reflexão sobre o que lerem e escreverem; ler é útil mas é preciso que quem aprende a ler se habitue a interpretar e pensar no que se lê.



2. Orientar uma reunião:

Para que as pessoas se mantenham interessadas durante o tempo que demora a alfabetização, é preciso que:

— a aprendizagem se faça, isto é, que as pessoas aprendam realmente a ler e escrever;

— as reuniões sejam interessantes, isto é, a discussão, quando a houver, tenha resultados positivos.

Uma discussão com resultado positivo é a que ajuda a pensar melhor. Discutir em grupo pode ser cada um dizer o que diz normalmente sobre o assunto e ouvir o que os outros normalmente dizem. Mas isto não tem interesse maior do que discutir na rua ou no café, ou a lavar a roupa, isso fazem as pessoas todos os dias, para isso não precisam de reuniões com uma pessoa a orientar. É quando as discussões são desse tipo que as pessoas se queixam de andarem a perder tempo.

DISCUTIR COM INTERESSE É:

— escolher um assunto;

— analisar os diversos aspectos que se relacionam com ele;

— explicar as opiniões diferentes.

Por isso o orientador que vai propor um tema para discussão tem de se preparar para ele:

— como o vai propor ao grupo;

— porque acha que ele é importante ou interessante para esse grupo;

— quais os aspectos que se relacionam com esse assunto e que devem ser tratados na discussão;

— em que é que esse assunto diz respeito ao grupo.

Isto serve para o orientador ter uma ideia clara sobre a discussão que se pode fazer e saber orientá-la para um resultado positivo. Mas orientar a reunião é também:

— interessar o grupo na discussão;

— estar atento ao que as pessoas dizem para poder aproveitar as ideias mais interessantes e chamar a atenção para elas;

— ter o cuidado de deixar falar todas as pessoas interessadas e tentar interessar as pessoas que não falam;

— não deixar que o grupo hostilize uma pessoa com opiniões diferentes, mas pôr as pessoas a discutir sobre as razões porque estão em desacordo;

— fazer um resumo do interesse da discussão tida;

— pedir a opinião das pessoas sobre a discussão — no fim.

3. Conhecer o grupo — levantamento de zona:

Para poder conversar com as pessoas e orientar a discussão de maneira a interessá-las, o orientador tem que conhecer as pessoas e o meio em que elas vivem.

Para isso tem de fazer o estudo da zona onde as pessoas vivem ou trabalham (no caso de um grupo de pessoas que vivem na mesma zona ou trabalham no mesmo local).

Para grupos constituídos por pessoas que vivem no mesmo local, interessará conhecer:

- situação geográfica;
- n.º de famílias;
- n.º de casas;
- n.º de pessoas;
- tipo de habitação;
- organização do espaço dentro de casa;
- relações de vizinhança;
- antiguidade média de residência local;
- profissões mais comuns;
- centros comerciais na zona;
- serviços usados pelos moradores;
- grupos organizados de moradores;
- ocupações dos tempos livres;
- pontos de encontro habituais.

Vamos tentar recolher o máximo de informações e organizamo-las mas sempre tendo em vista o conhecimento da maneira de pensar e actuar das pessoas. O que nos interessa realmente é conhecer os valores mais importantes neste grupo, as suas preocupações fundamentais, os seus interesses e as possibilidades de se organizarem.

Interessa-nos perceber o quê? Por exemplo:

- se as pessoas gostam de viver naquele local e porquê.

Não lhe vamos fazer esta pergunta; se a fizermos ou não sabem responder, ou respondem segundo o que lhes parece mais conveniente:

- que «não gostam porque é uma zona suja, com pessoas sem educação», etc.

Vamos pois tentar perceber isso de outra forma:

- há quanto tempo vive na zona?
- tem lá família?
- porque foi viver para ali?
- com quem mantém relações de ajuda (família fora da zona, vizinhos na zona, etc.)?
- como ocupa os tempos livres (dentro de casa ou cá fora a conversar?)

Estes são alguns elementos que nos podem permitir perceber se as pessoas gostam ou não de viverem onde vivem.

OUTRO EXEMPLO:

- qual é a posição relativa entre o homem e mulher?

Mais uma vez, há elementos a recolher que são mais importantes do que fazer a pergunta directamente:

- em que idade começam os rapazes a trabalhar?
 - e as raparigas?
 - que profissões são procuradas para as raparigas?
 - estas, quando casam, costumam continuar a trabalhar?
- E quando têm filhos?

- quem ajuda em casa: as filhas só, ou também os filhos?
- como ocupam os tempos livres: os rapazes e as raparigas?

- como passam os fins de semana, o marido e a mulher?
- há na zona algum centro de convívio frequentado também por mulheres?

- quem faz parte da Associação de Moradores? Só homens ou também mulheres casadas?

- etc.

Portanto, quando vamos colher informações, não interessa principalmente os dados quantitativos, mas a relação entre eles e a vida que permitem: não é importante saber quantas «ilhas» há como saber qual a relação entre as pessoas de uma mesma «ilha» e destas entre si, por exemplo.

4. Assim, a forma de procurar estes dados não vai ser através de um inquérito de papel e lápis para as pessoas responderem às nossas perguntas mas antes através de conversas com as pessoas em que se estabelece um diálogo que vai abordando os diversos assuntos.

Vamos então procurar saber quem são as pessoas com quem vamos falar. Serão aquelas com quem vamos trabalhar — os alfabetizando — e aquelas que foram significativas no local — da Associação de Moradores, por exemplo, e outras possíveis.

Por exemplo, queremos abordar a questão «necessidade de um jardim infantil». Se falarmos com as mães, poderemos ficar com a ideia de que estão todas muito interessadas, só que a Ass. de Moradores «não faz nada». Se falarmos com a Associação de Moradores, pode-nos parecer que há todas as condições criadas mas que as «mães não se mobilizam».

Mais importante do que discutir qual é a opinião mais verdadeira, é saber o que as duas opiniões escondem (aquilo em que se baseiam). Sabemos por exemplo:

- onde ficam os filhos das mulheres que trabalham?
- fechados em casa? Com familiares na zona? Com «amas»? Ao cuidado dos vizinhos?
- qual a percentagem de mulheres que trabalham?
- há algum Infantário próximo? Por quem é utilizado? Porque as pessoas não o utilizam?

- as crianças que se encontram normalmente na rua são de idade de Jardim Infantil? Ou de idade escolar?

- há espaço possível para organizar um serviço de infância? Há pessoas interessadas em trabalhar lá (as amas, por exemplo).

- já se fez alguma tentativa para resolver o problema?
- quem é que concretamente, está interessado em fazer parte de um grupo que estude o assunto?

- qual é o apoio real que a Ass. de Moradores pode dar? Bom, e com esta pequena ajuda, mãos à obra!

O TRABALHO COM SEMI-ANALFABETOS: ALGUNS EXERCÍCIOS

MATERIAL: relatos e notícias da Imprensa, comunicados sindicais, textos da literatura portuguesa, diapositivos e fotografias.

METODOLOGIA GERAL: ter em conta que em grupo de adultos pertencentes às classes trabalhadoras e especialmente os semi-analfabetos o seu universo vocabular é muito restrito, a sintaxe é pobre, especialmente no domínio das conjunções, a frase é predominantemente descritiva-concreta, presa ao particular e por conseguinte sem capacidade de estabelecer relações causais explicativas dos fenómenos e acontecimentos, sem poder de abstracção. Os sentimentos e emoções não encontram as tonalidades e cambiantes de linguagem verbal para se exprimirem e daí a grande importância que nestes sectores sócio-culturais assume a linguagem do gesto e da mímica no domínio afectivo.

O seu modo de comunicação com os outros nunca é intimista, não existe um estilo verbal que singularize os indivíduos, antes pelo contrário, dominam as formas comunitárias de expressão, a utilização de um código linguístico comum a um grupo e facilmente reconhecido por todos os seus elementos.

INSTRUMENTOS

INTERVENÇÃO

pintura livre

MARIA VIEGAS

Muitos erros se têm cometido por parte dos pais ou dos educadores, que por vezes cheios de boa vontade, fazem do desenho da criança exactamente o contrário do que deve ser feito.

Quem não ouviu já, um adulto perguntar a uma criança que está desenhando: — Explica-me lá o que estás a fazer!

Ou então dizer logo à criança antes de começar a desenhar: — Vai fazer o desenho do nosso cão, está bem?

Ou ainda, quando as crianças se viciam a passar a vegetal todos os bonecos que encontram, consistindo nisso os seus desenhos?

Todos estes exemplos é para lhe fazer uma cruz em cima, quando se quer organizar no nosso bairro, ou num centro de animação uma oficina de pintura livre.

O QUE É A PINTURA PARA A CRIANÇA?

Quando um adulto se quer «iniciar» na compreensão do desenho infantil a primeira coisa a fazer é não olhar para a obra da criança como se fosse um adulto que a tivesse realizado.

A criança ao pintar uma janela, não transmite unicamente a sua forma, ou o seu sombreado (como faria um adulto), ao pintá-la ela pinta a forma da janela como a tem fixa no cérebro, mas ao mesmo tempo, entram as sensações que ele tem sobre ela. É este o verdadeiro vocabulário da pintura da criança. O mesmo objecto pode ter uma configuração completamente diferente para o adulto e para a criança.

A criança através da expressão plástica exprime o que não pode confiar à expressão verbal. O importante para a criança quando desenha é a expressão que ele encontra e não as «lições de desenho» que o adulto lhe pode fornecer.

Na pintura livre infantil a intensidade com que a criança pinta substitui completamente o que se qualifica geralmente de bonito ou feio.

O PAPEL DO ANIMADOR

É necessário ao animador numa oficina de pintura livre saber bem o que as crianças esperam dele. Saber estar lá... quando as crianças o necessitam e «apagar-se» o suficiente para que as crianças se sintam livres da sua presença. Um bom animador deve ter sempre bem presente que a liberdade de expressão da criança deve ser absoluta, não interessa que a oficina produza belos desenhos... o que ao animador deve interessar é de que todas as crianças que frequentam a sua oficina tenham tido a liberdade de expressar-se.

Esta ideia de liberdade não se deve confundir com uma «anarquia» dentro do atelier. É preciso que as crianças se apercebam de que estão em grupo e que portanto é necessário que cada utilize o material de maneira a que outros o possam também utilizar.

É também importante que o animador compreenda a arte infantil, mas saber bem a diferença que existe entre ele e o psicólogo que se interessa pelo desenho da criança para analisá-lo.

COMO SE MONTA UMA OFICINA?

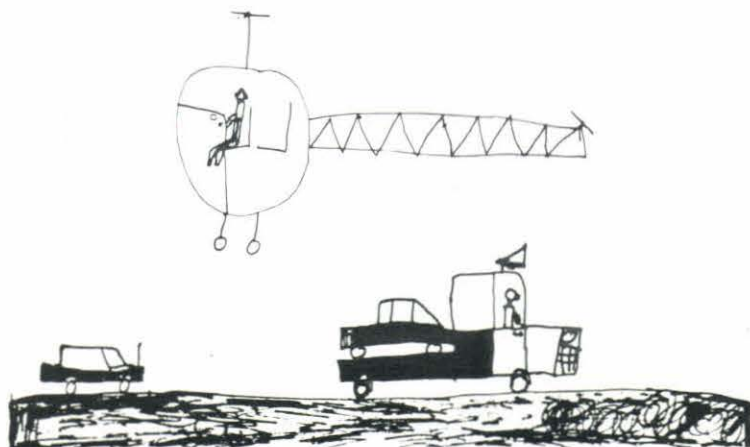
Qualquer divisão normal desde que bem iluminada pode funcionar como oficina. As paredes devem ser pintadas de tinta especial, que se lave facilmente, ou então podem-se forrar as paredes de papel cenário. Cada um pode arranjar as soluções que quiser de maneira a não ter que dizer nas sessões: — Cuidado não sujes a parede!

As sessões devem durar no mínimo uma hora.

O número de crianças não deve ser muito numeroso para que cada uma possa dispor de espaço suficiente.

O material de pintura

- Papel
- Pincéis
- Tintas



O monitor no seu trabalho tem de ter em atenção esta realidade que, se por um lado denuncia a miséria cultural dos trabalhadores, por exemplo nas limitações à apreensão causal e lógica dos acontecimentos, por outro lado possui virtualidades próprias como a grande força e vivacidade imaginética na descrição, certa riqueza metafórica e sentido comunitário da linguagem, aspectos que e podem contrapor à distração especulativa, ao rebusque verbal, à procura individualista de um estilo de falar e escrever por onde o intelectual tenta por vezes menos uma compreensão profunda das coisas e mais «o ser diferente», o não se confundir com os outros.

O monitor deve procurar partir sempre do real mais vivido pelos participantes do grupo, da sua realidade sociológica, do imediato do dia a dia e nunca do problema em abstracto, por exemplo «a exploração capitalista», e não tenta submeter os outros à sua linguagem elaborada.

Na seleção do material didáctico, o monitor deve também ter em conta as formas gráficas que mais entram no quotidiano do semi-analfabeto, o jornal, o comunicado do sindicato ou da Comissão de Moradores do seu bairro e nunca o livro.

Numa fase posterior podem então fazer-se várias tentativas de introdução da obra de um autor, como contos e pequenas análises de um assunto, por exemplo, «História do Sindicalismo».

Na utilização do diapositivo é necessário atender às diferentes formas de perceber a imagem, fundadas no estatuto e cultura de classe. Enquanto o indivíduo de cultura elaborada, na imagem de uma casa degradada vê o símbolo do problema da habitação, o trabalho que nela vive, porventura vê apenas uma casa com porta, paredes e janelas. Para o intelectual, a imagem do rosto de uma criança magra é o símbolo da fome, mas a cultura do trabalhador não exprime o mesmo simbolismo literário que é parte integrante de uma cultura erudita.

ALGUNS EXERCÍCIOS

1. Notícia de um jornal sobre um problema concreto: habitação, luta fabril, saúde, etc. Não utilizar o artigo de análise mas o relato, o caso do dia sobre um despejo, um incidente no posto da caixa, etc. Levar o jornal donde a notícia foi recortada para que assim ela surja no seu contexto vivo, a página de um periódico de um determinado dia que se reporta directamente a todo um conjunto de acontecimentos ao mundo real. Tirar de recorte tantas fotocópias quantos os participantes.

1.º momento: leitura silenciosa por cada um dos participantes ou um lê em voz alta. Convém gravar a leitura para exercícios de autocorreção das deficiências.

2.º momento: inventar uma discussão colectiva sobre o tema em questão. O monitor no decorrer do debate deve lançar questões que possibilitem a busca da explicação para situação-problema, mas não deve ter a preocupação de fornecer a «chave», introduzindo a sua «versão». Interessa mais facilitar o exercício colectivo de uma procura racional tendo em conta que o grupo terá tendência a cair no relato de outros casos similares, estabelecer raciocínios meramente analógicos e com dificuldade se abalança na discussão das causas gerais.

3.º momento: lançar o seguinte desafio — «se fossemos redigir um protesto ao Governo?» O grupo discute em linhas gerais o plano do comunicado e depois cada participante faz a

sua redacção. Ou então, sem discussão prévia cada um redige e depois discute-se o conteúdo de cada trabalho. Para dar um sentido real à acção, no caso de a notícia ser recente, remeter o texto que obteve mais consenso para um jornal, por exemplo para a secção Cartas ao Director.

2. Levar vários jornais do mesmo dia.

Verificar que todos se referem ao mesmo caso, por exemplo uma luta fabril, um despejo. Se em todos há essa referência centrar a discussão na variedade de relatos sobre o mesmo assunto, diferente maneira de titular, se a notícia é ou não realçada, com o objectivo de pôr em causa os diferentes interesses que os jornais defendem. Se apenas um periódico traz a notícia, discutir o significado desse facto na mesma perspectiva.

3. Trazer um ou vários jornais para a sessão. Dá-los ao grupo, para entre todos os assuntos escolher um para debater. Será um exercício que conduzirá a uma discussão no interior do grupo sobre as razões desta ou daquela escolha terminando o debate, uma parte do grupo ficará encarregada de redigir uma pequena acta.

4. Depois de terminado o aproveitamento didáctico de um tema, por exemplo «Transportes», porpor ao grupo que, colectivamente, faça um jornal de parede com as suas produções escritas, recortes e fotografias dos jornais e revistas.

5. Com um comunicado sindical ou de uma Comissão de Trabalhadores ou Moradores, depois da sua leitura orientar o debate. Se uma parte do grupo discorda propor-lhe que faça uma outra redacção que será por sua vez discutida. Trazer um comunicado do patronato e depois do debate pedir a cada participante que redija um comunicado de resposta.

É evidente que este comunitário tem de ser referir a problemas e conflitos que digam respeito ao sector de actividade do grupo.

6. Apontar no quadro ou num cartaz vários índices estatísticos muito simples sobre situações concretas dos trabalhadores e que ponham bem em evidência aspectos de grande contraste. Pedir a cada participante que redija a sua leitura dos números que depois será lida e comentada por todos.

7. Projectar uma sequência de slides sobre um tema. Propor aos participantes que construam um texto a partir do que observaram. Os textos recolhidos serão pretexto para o debate.

8. Ler uma poesia, um texto de autor e projectar vários slides. Pedir depois ao grupo que indique o slide que melhor traduz o sentido do trecho.

9. Trazer gravada uma história incompleta bastante sugestiva e dramatizada. Pedir ao grupo que lhe dê um desfecho.

10. Escrever uma série de frases incompletas do género: «O operário vive numa casa má, porque...», para os participantes as completarem. Com estes exercícios procura-se uma utilização correcta das conjunções e operações no domínio lógico.

11. Simular uma situação dramática. Cada participante encarna uma personagem. O grupo procura construir uma peça teatral onde cada um improvisa a sua réplica que é escrita.

12. Simular situações onde se tenha de redigir uma carta ao sindicato, um requerimento a uma repartição, o envio de um telegrama.

REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

DESTACÁVEL

INTERVENÇÃO

jogos
tradicionais
portugueses

MARIA DA GRAÇA SOUSA GUEDES



jogos tradicionais portugueses

MARIA DA GRAÇA
SOUSA GUEDES *

* assistente do ISEFP

Praticados em todo o mundo, desde há séculos, os jogos tradicionais são jogos populares, cujos nomes se evocam, por si mesmos, as suas características e regras principais.

Alguns, são originários de actividades religiosas ou pagãs — caso do jogo da cabra-cega; outros são apenas jogos antigos que os adultos abandonaram — caso do jogo da barra, introduzido na Europa Ocidental em fins do séc. XIII.

Enquanto que no continente europeu ou americano, estes jogos são praticados normalmente entre os 7 e os 13 anos, em certos países africanos ou asiáticos ainda são jogos dos adultos. No entanto há ainda muitos jogos tradicionais que são só praticados pelos adultos.

Grande parte dos jogos tradicionais portugueses, franceses ou italianos assemelham-se, quer pelo nome, quer pelas próprias regras e prática em todo o mundo, aos que outrora se praticavam na Grécia e no antigo Egipto.

Ao estudar os Jogos tradicionais portugueses, poderíamos abordar diversas áreas — a *poesia* (nas lengalengas), o *ritual* (nos jogos com cerimoniais), o *ritmo* (nas danças de roda), o **MOVIMENTO**. Embora tencione abordar estes temas noutras oportunidades, será a última área a que será tratada inicialmente — o *jogo* como *actividade que contribua para o desenvolvimento do ser humano*.

CLASSIFICAÇÃO

Embora se possam classificar de formas diferentes (segundo a idade e sexo, o clima, o número de jogadores, os acessórios utilizados, o espaço onde se realizam, as qualidades que desenvolvem, etc.) procuraremos apresentá-los de uma forma prática, de uso rápido e cómodo. Assim:

- JOGOS DE INTERIOR
- JOGOS DE PÁTIO
- JOGOS DE RUA E CAMPO

JOGOS DE INTERIOR — todos aqueles que não podem ser realizados ao ar livre, salvo em condições excepcionais.

JOGOS DE PÁTIO — todos os que podem ser realizados no exterior ou dentro de ginásio. Predominam os jogos realizados pelas crianças.

JOGOS DE RUA E CAMPO — todos os jogos realizados pelos adultos ou das crianças que necessitam de espaço suficiente para que a sua prática não se torne perigosa. Aqui estão também incluídos jogos que se realizam em determinadas épocas — caso, por ex., quando da apanha da azeitona.



JOGOS DE INTERIOR

Famílias por ordem alfabética:

- 1 — Jogos de agilidade e força
- 2 — Jogos de inteligência
- 3 — Jogos de observação
- 4 — Jogos sensoriais
- 5 — Jogos de sociedade

Jogos de agilidade e força

JOGO DAS PEDRINHAS

Material — 5 pedrinhas para cada jogadora. Estas pedras são, no geral, do tamanho de ovos de pomba e bastante perfeitas. As raparigas têm gosto em arranjar pedras bonitas que guardam religiosamente.

Participantes — raparigas 8/9 anos.

Disposição inicial — sentadas no chão. Começam o jogo espalhando as suas pedras. Em muitas regiões, usam, antes de iniciar o jogo, beijá-las e, depois, persignarem-se.

Desenvolvimento

1 — ENTRADA

- A — no começo do jogo, atirando todas as pedras ao ar, ela vai dizendo: 5, 10, 15, 20.
- B — em seguida, coloca-as todas no chão e, tomando uma na sua mão, vai atirando-a ao ar, enquanto apanha, sucessivamente, as outras
- C — espalham-se novamente todas as pedras e, depois de escolhida uma, apanham as outras duas a duas.
- D — novamente espalhadas as pedras, depois de uma ser escolhida, e enquanto uma é atirada ao ar, apanham primeiro uma, e depois as três restantes.

2 — POUSA

Tomam duas pedras, e enquanto atiram ao ar uma delas, colocam a outra no chão. A seguir, atiram outra vez a pedra ao ar para apanhar a que fora colocada no chão e, enquanto o fazem, vão dizendo:

— pausa uma, pausa duas, pausa três, etc...
até cinco vezes, tantas quantas terão de pousar e apanhar a pedra.

3 — BATATA

A menina que está a jogar, diz:

— sola.

Uma das outras responde:

— sapata.

A que joga atira a pedra ao ar e com a palma da mão bate no chão e diz: — «Batata».

4 — Velha

Todas as pedras são atiradas ao ar e esperadas nas costas das mãos. Se alguma caiu, terão de atirar todas as outras ao ar, e, entretanto, apanhar aquela que caíra. De novo sobem juntas enquanto batem com a mão direita no chão. A recepção das pedras poderá ser com as duas mãos.

5 — O Beijinho

Tomando uma pedra, esta será atirada ao ar, enquanto vão apanhando uma a uma as que ficaram no solo. Porém, sempre que forem apanhadas, a jogadora terá de lhes dar um beijo.

6 — O Batepeito

Variante semelhante à anterior, porém, aqui, a jogadora terá de bater com ela no peito.

7 — O Cabêço

Quatro das pedras ficam na palma da mão, enquanto a quinta fica numa das pontas dos dedos da mesma mão. Esta é atirada ao ar, sem que as outras saiam da mão, e, entretanto, baterá com elas no peito, e colocá-las-á no solo a tempo de ir apanhar a que se elevava no ar. Atirárá a seguir uma só ao ar, enquanto apanha as que ficaram no solo, batendo com elas no peito, antes de agarrar aquela primeira pedra.

8 — A Capoeira

Todas as pedras são colocadas no solo. A mão esquerda fica também no solo em forma de concha. Metem uma pedra na concha, atiram outra ao ar, enquanto apanham as restantes. Seguidamente, deitam todas ao solo e, enquanto atiram uma ao ar, apanham três; nova pedra é atirada ao ar para apanhar a que ficou sôzinha no solo.

9 — O Burro

Bastante semelhante à anterior; aqui, em lugar de entrar só uma pedra, entrarão todas, mas uma de cada vez.

Jogos de inteligência

JOGO DO TIM-TIM SERRA MACAQUINHO (Açores)

Participantes — rapazes e raparigas 8/9 anos.

Disposição inicial — em roda e sentadas no chão.

Desenvolvimento — em câro, enquanto que com o dedo indicador da mão direita vão batendo nos dedos da mão esquerda que está colocada sobre o seu peito, as crianças vão pronunciando a seguinte lengalenga:

*Tim-tim, serra macaquinho.
Debaixo daquela arcada,
Estava um homem
A vender suas garrafas
E mais os seus garrafões
Vai dizer à tangerina
Que te puxe uma orelhinha.*

E, quando pronuncia a última frase da lengalenga, cada uma pega nas orelhas das companheiras mais próximas e começam a puxar por elas.

Saciada a vontade de puxar as orelhas, param, e a lengalenga recomeça.

JOGO DO PADRE CURA (Alentejo)

Participantes — rapazes e raparigas 8/9 anos.

Disposição inicial — todas as crianças, com excepção de duas que se distinguem do grupo, serão FRUTOS e, cada uma delas toma o nome de um, desde que não haja várias crianças com o mesmo nome. As duas outras serão o PADRE CURA e o CRIADO.

Desenvolvimento — começa o «Padre Cura», dizendo: — «Indo eu p'la minha quint'abaixo, dê-me vontade de comer... um pêssego (por exemplo)».

Responde o «pêssego»:

- Mente Vossa Senhoria.
- Então onde estavas tu?
- Estava em casa da «maçã».

Diz a «maçã»:

- Mentas tu!
- Então onde estavas?
- Estava em casa do Padre Cura.
- Mentas tu! (diz o Padre Cura).
- Então onde estavas tu?

Aqui a «maçã» perde e paga uma prenda por ter tratado o Padre Cura por «tu». E o mesmo acontecerá se tratar o Criado por «tu». Este deve ser tratado por «vocemessê». E o jogo prossegue. Quando houver número suficiente de prendas começam a julgá-las. A primeira é julgada pelo Padre Cura, e as outras pelas que forem cumprindo as penas.



JOGO DO PICO-PICO

Participantes — rapazes e raparigas — 8 ou 9 anos

Disposição inicial — todas as crianças se sentam no chão e colocam o dedo indicador (fura bolos) da sua mão direita sobre os joelhos de uma delas.

Desenvolvimento — esta começa como que beliscando todos os dedos, enquanto que vai pronunciando a seguinte lengalenga:

*Pico, pico, samanico,
Quem te deu tamanho bico?
Foi o padre da Botelha
P'ra jogar a sobrançelha;
A sobrançelha é redonda
Como o prato da balança;
Dá um pincho e põe-te em França.
Abre o rêgo, fecha o rêgo,
Vai-te esconder atrás de um penedo;
Vai, Inês, vai Inês,
Que te toca a tua vez.*

Aquela em cujo dedo termina a lengalenga vai esconder-se enquanto que a primeira põe nome às que ficaram e mesmo à que se foi esconder. Evidentemente que, aqui, o esconder é afastar-se ligeiramente do grupo de modo que não perceba a classificação que foi dada às suas companheiras.

Então, depois de dados todos os nomes, a mesma dirigindo-se à que se afastou, perguntou-lhe:

— Em que queres vir? Numa rosa, num cravo, etc. (os nomes que foram postos).

Se a escolhida der o nome de alguma das que ficaram, esta tem de ir buscá-la ao colo ou às cavaliatas (1). Se indicar o seu nome, as outras dizem-lhe:

— Então vem a pé!

E o jogo recomeça da mesma forma, sendo então esta a que dirigirá o jogo.

Nota: — Muitas outras fórmulas são utilizadas, conforme as regiões em que o jogo é realizado. Muitas mesmo são uma mistura de várias, conforme se poderá verificar a seguir.

*Serubico, bico, bico,
Quem te deu tamanho bico?
Foi o padre da Abitelha
A jogar a sobrançelha.
Com o sol se vai pondo.*

*E a pulga na balança
Dá um pulo põe-te em França.
Sola, sapato, Rei, Rainha
Põe o pé na pompolinha.
O rapaz que joga faz?
Faz capão sobre capão.
Manda a velha esconder
Debaixo da cama da D. Inês.
Lá te toca a tua vez.*

Esta lengalenga foi recolhida na região do Douro Litoral.

(1) — Esta posição tem diferentes nomes, conforme as regiões. Assim, chamar-se-á também de carrachucha, carracha, etc. Ela equivale à posição de sentado sobre as costas de um outro colega.

Jogos de observação

JOGO DA CABRA CEGA

Participantes — raparigas 8 ou 9 anos.

Disposição inicial — em roda, de mãos dadas. Uma das jogadoras, porém, está no centro da roda; esta será a «Cabra cega» mas, para isso, é preciso que uma delas lhe coloque uma venda nos olhos.

Desenvolvimento — após esta jogadora ter vendado os olhos da «Cabra Cega», aquela inicia um diálogo com esta, da seguinte forma:

— *Cabra-cega, donde vens?*
— *De Vizela.*
— *Que trazes na cesta?*
— *Pão e canela.*
— *Dás-me dela?*
— *Não, que é para mim e para a minha velha.*
— *Zique-tanela! — e, dizendo isto, aquela criança que lhe tinha colocado a venda, dá-lhe um beliscão.*

As outras crianças, começam, então, também a tocar-lhe, enquanto que a «Cabra-cega», de braços estendidos tenta agarrar alguma. Logo que tal acontecer, tira a venda e diz o nome da que foi agarrada. Esta ficará a substituí-la no meio da roda.

Por vezes, a «Cabra-cega» terá de descobrir, de olhos vendados, quem foi a jogadora que agarrou.



Nota: — Foram encontradas muitas formas diferentes de dizer o diálogo, assim como o resto do desenvolvimento do jogo.

Esta anterior foi recolhida na região do Douro Litoral. Porém, na Beira, soubemos que o diálogo é diferente:

- *Cabra cega, de onde vens?*
- *De Castela.*
- *Que trazes de merenda?*
- *Pão e canela.*
- *E o Sarrão?*
- *Ficou lá para o Verão.*
- *Vá a ver dele, seu mandrião!*

Enquanto a «Cabra cega» procura que a substitua, as outras crianças vão dizendo:

- Ferrolho, ferrolho,*
- Se vês, tiro-te um olho!*

E ainda:

- Chafariz, chafariz,*
- Se vês, Nosso Senhor te corte o nariz!*

Ou ainda:

- Armela, armela,*
- Se vês, Nosso Senhor te corte uma perna!*

Descobrindo a identidade da colega da roda, trocam de lugares.

JOGO DO ANELZINHO

Material — uma corda cujas pontas estão unidas; um anel.

Participantes — raparigas 8/9 anos.

Disposição inicial — as jogadoras estão de pé e seguram em suas mãos a corda. No centro da roda está uma das jogadoras.

Desenvolvimento — O anel que estava na corda começa a deslizar sem que a jogadora do centro descubra em que sítio está a passar. Logo que descobre, corre para ele e agarra-o. A que perdeu ficará a substituí-la no centro da roda.

Nota — Este jogo é, muitas vezes acompanhado de uma lengalenga com música.



Jogos sensoriais

JOGO DO GATO TEM CAUTELINHA

Participantes — rapazes e raparigas 7/8 anos.

Disposição inicial — em roda de mãos dadas. Uma das crianças está no centro da roda, de olhos tapados e com um pau na mão — o GATO.

Desenvolvimento — Andando em roda, vão cantando:

Ó gato, tem cautelinha
Com a pontinha do pau;
Se não tiveres cautela,
Dirás miau-miau!

Então a roda pára, e o gato estende o pau tentando tocar em algum jogador. Mal este seja tocado, terá de imitar a voz do gato... até o «gato» adivinhar quem é. Se acertar, troca de lugar com aquele; se tal não se verificar, o jogo continua.

JOGO DO PISCA

Participantes — rapazes e raparigas 8/9 anos.

Disposição inicial — aos pares, um atrás do outro e em roda. No centro da roda está um jogador.

Desenvolvimento — O jogador que está no centro da roda, voltando-se para um qualquer, pisca-lhe o olho. Este deverá reagir rapidamente, partindo em direcção daquele, e sem que o seu par (que está atrás de si) o impeça. Se tal acontecer, este ficará no centro, trocando a posição com o anterior jogador. Se não consegue, o jogador do centro continua a lançar novos desafios.



Jogos de sociedade

JOGO DAS PRENDAS

Material — Cada jogador deverá possuir qualquer objecto pequeno que servirá de prenda.

Participantes — raparigas 8 ou 9 anos.

Disposição inicial — Todas elas se colocam em roda e sentadas no chão. Uma delas é a «Mestra do Jogo» (uma vez que este é sobretudo jogado pelas raparigas) e tem por missão guardar e sortear as prendas que todas as jogadoras têm de lhe dar no início do jogo. O papel de guardadora das prendas poderá ser substituído por uma outra que para isso seja escolhida. Esta tomará um lugar central relativamente às outras, enquanto que aquela terá um flutuante.

Desenvolvimento — A «Mestra do Jogo» começa então a pedir a todas as jogadoras as prendas que guarda ou que dá à outra para guardar de modo que não fiquem à vista de ninguém (nem dela própria). Seguidamente pega numa das prendas e, sem ver a quem pertence e sem que as outras vejam (conservando-a, para isso, bem fechada na mão), dirige-se àquela que as guardava e pergunta:

— O que se faz à dona desta prenda?

Aquele responde conforme entender desde que não sejam coisas muito disparatadas (o que muitas vezes acontece), e, após esta resposta, a «Mestra» abre a mão e mostra a prenda. A dona da mesma terá, obrigatoriamente, de cumprir a sentença e será ela quem, a seguir, dirá a sentença para a dona da prenda que fôr extraída a seguir.

JOGO DA BERLINDA

Participantes — raparigas 8/9 anos.

Disposição inicial — de todo o grupo que está junto, uma delas será escolhida para dirigir o jogo. Outra afasta-se do grupo.

Desenvolvimento — Então o jogo começa, perguntando a «dirigente» a cada uma delas, porque razão «está na berlinda». A esta pergunta cada uma responde como entender, mas de forma a que a colega que está de fora ouça.

Depois de todas terem dado as suas respostas, a «dirigente» aproxima-se da que «está na berlinda» e começa a dizer-lhe todas as respostas que obteve. Aquele escolhe a resposta que entender, e aquela a quem pertencer a resposta escolhida, ficará a substituí-la...

NOTA — A indicação do sexo à qual se destinam estes jogos só traduz um aspecto etnográfico — tradicionalmente eles eram praticados por raparigas ou por rapazes... Julgamos importante salientar que deverão ser praticados por grupos mistos.

(Continua no próximo número)
com jogos de PATIO e jogos de RUA

Papel — O papel mais utilizado é o papel cenário. O papel manteiga, apesar de ser muito mais barato, não é aconselhado por absorver demasiada tinta. O animador deve ter sempre o papel cortado antes de cada sessão, de preferência de vários tamanhos para que cada criança possa escolher.

A folha é pregada à parede, de acordo com a altura da criança, pintando de pé.

A criança geralmente começa por pintar em folhas pequenas indo depois descobrindo espaços cada vez maiores.

Pincéis — Apesar dos pincéis neste momento estarem bastante caros, não é conveniente comprar pincéis muito baratos (como os que são feitos de corda) porque além de pintarem muito mal, também se estragam muito depressa. Depois de cada sessão os pincéis devem ser sempre lavados e secarem virados com o pelo para cima. É importante explicar à criança a utilização do pincel e os cuidados a ter com ele.

Tintas — Existem vários tipos de tinta. A tinta de cenário é a mais utilizada por ser a mais económica. Esta tinta vende-se em pacotes de vários tamanhos e é dissolvida em água com dextrina, que também se compra em pacotes. A dextrina é cola e ajuda a fixação da tinta.

A preparação das tintas, requer muitos cuidados, é necessário agitar bem, ensaiar primeiro para que não fique demasiado líquida ou espessa, etc.

A variedade de cores está sempre relacionada, infelizmente, às disponibilidades económicas da oficina. No mínimo deve-se funcionar com umas oito cores.

É indispensável que as tintas estejam acessíveis a todos os recantos da oficina, sendo muito prático o tipo de paleta colectiva que se vê na gravura.

Um conselho à laia de despedida a todos os que tiverem interessados em montar oficinas de pintura livre. É muito fácil entusiasmar as próprias crianças a ajudar a arranjar o dinheiro para a compra do material. Recordo-me que numa aldeia no Alentejo as crianças foram aos caracóis para vender e arranjaram assim o dinheiro para a compra do material.

No entanto, todo o esforço que se tenha que fazer, é imediatamente compensado quando se vê uma criança com o pincel na mão pintando livremente com todo o corpo como se dançasse. Basta isto para se compreender bem os recalca-mentos constantes a que a criança está sujeita e como é importante dar-lhe liberdade, onde ela possa libertar-se expressando-se!

Maria Viegas



A Casa da Cultura de Juventude de Évora tem vindo desde há um ano a trabalhar no levantamento cultural do Distrito numa perspectiva fundamentalmente de animação-cultural. Para tanto procurou empenhar todos os núcleos de jovens espalhados pelo Distrito e posteriormente começou a divulgar os resultados desses trabalhos, tendo saído até à data quatro cadernos.

Porque se nos afigura importante divulgar este trabalho reproduzimos extractos dessas publicações.

I. INTRODUÇÃO

Aqui se apresenta o resultado de um trabalho que se desenvolveu ao longo de algum tempo e à mercê de condicionalismos diversos, visando a recolha das poesias populares alentejanas, numa perspectiva séria e o mais completa possível, numa colaboração prática e moral com todos aqueles que, voluntariamente, têm procedido ao levantamento gradual da cultura do país e têm lutado pela defesa e divulgação do património artístico-cultural do povo português.

Trata-se, pois, de mais um instrumento de trabalho para todos aqueles que se interessam por um estudo científico das manifestações culturais populares.

Este primeiro caderno fornece, certamente, algumas pistas para orientação de um plano de recolha de pesquisa de dados de natureza predominantemente cultural.

No entanto, pensamos que este plano tem que ser gizado em termos de participação efectiva das comunidades locais e coordenado por animadores culturais que urge formar, quer por intermédio das entidades oficiais responsáveis, quer pelas entidades privadas de âmbito cultural definido, além, naturalmente, por competência dos órgãos do poder local.

Certos de que não abdicaremos da nossa função social e cultural, alertamos os que se sentem atraídos por um trabalho deste tipo e imbuídos de um espírito e força que integre em si os valores culturais inalienáveis deste povo, para que colaborem e se dediquem à tarefa, hoje nacional e responsável, de promover a democratização cultural deste país, visando a erradicação do analfabetismo e a participação consciente e activa do povo português na construção da nova sociedade em que seja banida definitivamente a exploração do homem pelo homem e sejam consagrados, na prática, os direitos constitucionais que pugnam pelo acesso à cultura e criação cultural.

(João Sarmento)



O POBRE TRABALHADOR
Um produtor da humanidade
Não lhe ergue um monumento
Com honra e dignidade

I

Na cidade ou no deserto
Trabalha cheio de agonia
Sem ter uma regalia
Esse homem puro e recto
Tem o seu lar repleto
De miséria, luto e dor
Ele que é um produtor
De tudo que a terra cria
Cai com fome em pleno dia
O pobre trabalhador

II

Dedicado e laborioso
Sem honras e devaneios
Enchendo os cofres alheios
Cai por fim tuberculoso
Esse burguês orgulhoso
Que vive na ociosidade
Cheio de dinheiro e vaidade
Ostenta o seu brasão
E deixa morrer sem pão
Um produtor da humanidade

III

Sem cessar um instante
É escravo desta forma
Para receber a reforma
Mendiga de monte em monte
Nesse viver inconstante
Ninguém ouve o seu lamento
Já sem forças, sem alento
Consegue pegar no malho
É um mártir do trabalho
Não lhe erguem um monumento

IV

Técnicos e engenheiros
Estudem este problema
Aliviem-me com a sua pena
Ministros e financeiros
Estes são verdadeiros
Erros da sociedade
Dêem a liberdade
A quem tanto se consome
Para os filhos matar a fome
Com honra e dignidade

-Nesta quadra estão pedaços da minha vida- (1935/36)
POETA -CALDAS- — ARRAIOLOS



AS MINHAS MÃOS CALEJADAS
Cansadas com produzir
Sofreram tantas noitadas
Que hoje me fazem carpir

I

Desde a mais tenra idade
Que labuto nesta vida
Travo uma luta renhida
P'ra viver com dignidade
No campo ou na cidade
Andaram sempre empregadas
Quantas vezes esfaceladas
Nas arroteias da serra
Rasgaram o ventre à terra
As minhas mãos calejadas

II

Lidaram com o arado
Picaram no boi ronceiro
E em cima do sobreiro
Manejaram o machado
Todo o meu sonho doirado
Era amar e construir
Assim posso garantir
Que são dum bom português
Estas mãos que aqui vêm
Cansadas de produzir

III

Pelos campos dadejando
Ao som de doces cantigas
Ceifei as louras espigas
Que a terra mãe foi criando
A minha enxada gastando
Com chegando as milharadas
Famintas e regeladas
Minguam de dia-a-dia
Com o rigor da invernia
Sofreram tantas noitadas

IV

Fui um escravo instrumento
Das aves que rapinando
O suor nos vão sugando
Para seu esbanjamento
Findará este tormento
Quando deixar de existir
Sinto o meu corpo a ruir
É algum cancro decerto
São as chagas em aberto
Que hoje me fazem carpir

(1947)
POETA -CALDAS- — ARRAIOLOS

Ô MÁRTIRES DA LIBERDADE
Se eu os puder libertar
Faremos a Revolução
E temos que triunfar.

I

Para além do oceano
Há milhares de portugueses
Aclamados tantas vezes
Pelo povo republicano
Só esse burguês tirano
É contra a sua vontade
Algema da sociedade
Que entre gozos delirantes
Faz de vós baixantes
Ô mártires da liberdade

II

São eles que vão passando
Em delirantes orgias
Enquanto nas enxovias
Vós estais definhando
Sem saber a hora nem quando
Findará esse penar
Temos muito que lutar
Em prol de vós caudilhos
Mas beijarão vossos filhos
Se eu os puder libertar

III

Nesses sefredos d'além
Por essas andorinhas
Recebam saudades minhas
Dos vossos filhos também
Enquanto na pátria-mãe
Se dá a resolução
Gigantes da instrução
Tiram-nos da humanidade
Faremos a Revolução

IV

Já oiço zumbir nas ruas
É a voz dos oprimidos
Que soltam os seus gemidos
Já com as carnes seminuas
Dispondo de forças suas
Já cansadas de gritar
São horas de despertar
Alerta, ó socialismo
Que contra o capitalismo
Temos que triunfar

(Quadra dedicada aos presos políticos do Tarrafal/1950)
POETA -CALDAS- — ARRAIOLOS

GRUPOS SOCIAIS

ESPECÍFICOS

INTERVENÇÃO

os deficientes e a terceira idade: perspectiva da sua abordagem

É um facto incontestável, que tudo o que contribue para o isolamento social é gerador de pobreza. A relação e a cooperação entre os homens é riqueza, vida, prazer, é factor e condição imprescindível de humilhação.

Falar em estratos sociais, mais ou menos marginalizados é falar é certo em problemas específicos desses estratos, mas mais do que isso é falar numa sociedade que promove e mantém essa marginalização, é falar em problemas que se põem aos homens e mulheres portuguesas, e não só aos estratos (o que só por si os legitimava) mas a todos que com eles comungam no desejo e anseio duma vida diferente, e na transformação profunda das causas da marginalização social.

A luta pela «qualidade de vida», a capacidade do seu valor e as oportunidades de realização pessoal de acordo com as capacidades e riqueza de cada um, o acreditar na sua propensão de construir uma vida (hoje) e um futuro diferente, são objectivos que estão longe de pertencerem a um só grupo social, mas apresentam-se com uma universidade comum a todos os que não abdicam desse futuro a construir agora e com urgência.

Temos repetidamente afirmado o desejo de provocar a polémica com qualidade e profundidade entre todos que independentemente dos meios que utilizam tenham como objectivo o despoletar de um processo em ordem a motivar a dinâmica de um grupo ou comunidade na luta por uma melhor qualidade de vida.

Daí que digamos sempre do fundamental que é, por um lado, a unidade de todos os estratos da população nessa luta, e por outro lado, aue a promoção cultural e a melhoria das condições sociais são entidades intrinsecamente ligadas.

E se a 3.ª idade ou os deficientes por exemplo têm problemas diferenciados eles resolver-se-ão em última análise em conjunto (e não independentemente e muito menos contra) os outros elementos do grupo social a que pertencem. Hoje com os dois artigos que a seguir apresentamos abrimos o («leque») das frentes de discussão que «INTERVENÇÃO» tem vindo a apresentar.

Se hoje o fazemos, porque sabemos que qualquer acção quer com deficientes quer com a 3.ª idade, apontam em última análise para a integração social e para a consciencialização das suas potencialidades como indivíduos, a capacitação do seu valor social e o acreditar nas suas capacidades de recriar uma vida empenhada e de qualidade...

Trata-se em suma de partido das características próprias e dos anseios que motivam os diferentes estratos sociais — a luta pela melhoria da qualidade de vida, que se traduzirá em vários aspectos específicos (nas diferentes categorias sociais) o empenhamento e o relançamento com os outros nessa luta, ser capaz de perceber, que isso implica e só se realiza em última análise num projecto global de transformação social, e que este projecto deve unir amplas e diversificadas camadas populacionais, e ser capaz de hoje, nomeadamente nos dois grupos sociais (x) que agora nos ocupam, opôr ao desespero, à solidão, ao derrotismo a capacidade natural dos homens serem donos do seu destino. Que isto seja entendido como um contributo para dar-mos as mãos hoje, com os olhos postos nesse futuro.

Estes dois primeiros artigos, investem-se forçosamente de um carácter demasiado técnico. Não entanto pensamos que não é possível abordar problemas mais vastos sem uma definição concreta do trabalho que é realizado nestes dois campos.

A profundidade e a qualidade do tratamento dos temas que a seguir se pretendeu apresentar, é issencial para que se não caia em descrição de generalidades que não interessariam nem aos que estão empenhados nestas problemáticas, nem eventualmente aos outros. É necessário que definidos os objectivos e as perspectivas duma determinada acção, se passe à especificidade com qualidade com qualidade e profundidade.

Porém não temos a pretensão de nestes artigos realizar uma completa definição de campo, nem um levantamento de tudo o que se passa no nosso país nestes dois campos específicos.

Em próximos artigos continuaremos a abordar estes temas.

deficientes: breve caracterização do campo de trabalho do fisioterapeuta

MANUELA MATOS (*)

(*) Fisioterapeuta. Colaboraram neste trabalho alguns terapeutas da Escola de Reabilitação de Alcoitão e da Clínica Dr. Dídio de Aguiar na qual foi realizada a reportagem fotográfica.

I — DEFINIÇÃO (F.T.)

FISIOTERAPEUTA é um profissional que através do seu treino e integrado numa equipa de saúde (médicos, terapeutas ocupacionais, terapeutas da fala, enfermeiros, psicológicos e assistentes sociais) trás a qualquer membro da sociedade a possibilidade de adquirir qualquer função física perdida através da sua vida e perante as eventualidades desta. Para isso ele tem ao seu alcance variadas técnicas, as quais vão trazer os benefícios em todos os campos da medicina, precedendo-as ou complementando-as.

A finalidade da recuperação de qualquer deficiente será sempre a obtenção da sua integração na sociedade tendo em conta o máximo das suas possibilidades, obtidas através dos esforços desencadeados pela citada equipa.

— O F.T. não pode ser um simples aplicador de massagens, banhos, exercícios e aparelhagem eléctrica, tem sim de ser capaz de compreender a anatomia e fisiologia humana normal e patológica, de modo a poder seleccionar a técnica adequada ao tratamento e ter a capacidade suficiente não só de encontrar uma prescrição, como interpretar o seu espirito, de forma que à medida que o doente evolua este não seja prejudicado por defeito ou excesso.

II — Campos de Trabalho

1. Preventivo: a) Escolar
b) Junto da população
2. Curatório em:
 - a) Ortopedia
 - b) Neurologia
 - c) Respiratória
 - d) Cirurgia
 - e) Pediatria
 - f) Ginecologia
 - g) Cardiologia
 - h) Queimados
 - i) Cuidados intensivos
3. Ginecologia: a) Pré-natal
b) Pós-natal
4. Geriátrico
5. Desporto

III — Locais Clássicos de Trabalho

1. Centro de Medicina de Reabilitação — Alcoitão — para tratamento de várias deficiências, essencialmente no campo neurológico.
2. Hospital Ortopédico de Sant'Ana — Parede — Hospital Geral
3. Hospital Egas Moniz — Junqueira — Hospital Geral
4. Hospital Cuf
Hospital Tranquilidade — Companhias de Seguros
Hospital o Trabalho
— Hospitais — ortopedia e traumatologia
5. Clínica Dr. Dídio de Aguiar
— Clínica Fisiopatologia Respiratória
(Cinesiterapia Respiratória) e de Reabilitação
6. Centro Parálisia Cerebral — Lumiar
7. Hospital Militar
8. Lar Militar da Cruz Vermelha
9. Hospitais Distritais e Locais

Distribuição dos Fisioterapeutas formados até Julho de 1977

Dos 200 Fisioterapeutas formados temos os seguintes dados sujeitos a correcção.

Continente	163
Madeira	5
Estrangeiro	9
Sem emprego	6
Não exercendo	12
Situação profissional desconhecida	5

Em relação ao número indicado para o Continente deve notar-se que a grande maioria trabalha em Hospitais de Misericórdias, Companhias de Seguros e Instituições particulares.

IV — Técnicas e meios (que utiliza)

1. EXERCÍCIOS TERAPEUTICOS

— Técnicas manuais ou com aparelhos com o fim de obter o máximo de potencial muscular, mobilidade ou coordenação do doente.

2. ELECTROTERAPIA

— Adaptação dos diversos fenómenos eléctricos resultantes da investigação de vários cientistas com o fim médico. Deste fim, resultam importantes transformações no corpo humano, pela sua aplicação, os quais vão ajudar a aplicação de outras técnicas terapêuticas ou então como tratamento único.

3. MASSAGEM

— Método terapêutico pelo qual o F.T. (Fisioterapeuta) é capaz através das suas mãos influenciar, transformar e preparar o corpo humano com os seus aparelhos de maneira a conjuntamente com outras técnicas acelerarem a recuperação do doente.

4. MEIOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO

— Teste muscular — o processo de determinar a capacidade que o doente tem para activar os seus músculos esqueléticos.

— E outros.

5. TÉCNICAS DE FACILITAÇÃO NEUROFISIOLÓGICA

— Técnicas específicas que tem por base estudos de vários fisiologistas, os quais vieram trazer ao F.T. a possibilidade de desencadear determinadas respostas da parte do doente através de estímulos específicos.

— Técnicas como: Facilitação Neuro-muscular (P.N.F.)

- Bobath
- Temple-Fay
- Frankel

6. TREINO FUNCIONAL

— O treino que tem como finalidade dar ao assistido a possibilidade de poder ser independente através de adaptações ou de técnicas específicas.

7. HIDROTERAPIA

— O uso de água nas suas diversas formas ou seja líquida, gasosa ou sólida, afim de trazer ao doente benefícios, tais como uma maior facilidade na marcha e na deslocação em geral, alívio da dor, espasmo muscular, o que irá completar ou suprimir a programação do seu tratamento.

V — HISTÓRIA

Em 1957 — Tem início os cursos: Fisioterapia — Terapêutica Ocupacional da Santa Casa da Misericórdia.

Em 1962 — Tem início o curso de Terapêutica da Fala. A finalidade destes cursos é formar técnicos para o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (C.M.R.).

Em 1966 — É criada a Escola de Reabilitação (E.R.), pela Portaria 22 034/66, tendo em vista a formação de técnicos para o País. A E.R. foi criada no C.M.R. dadas as suas condições.

Em 1971 — É criada a carreira de Técnico terapeuta, pelo Decreto Lei 414/71, 27 de Setembro que nunca foi regulamentado à excepção do C.M.R.

O Decreto 87/77 é que vai regulamentar o 414/71.



VI — FORMAÇÃO

1957/1966 — Para admissão dos Cursos de Fisioterapia, Terapêutica Ocupacional e Terapeuta da Fala, era exigido o 7.º ano liceal.

1966 — Portaria 22 034 — estabelece exigência do 7.º ano dos liceus como habilitação básica para ingresso aos referidos cursos.

1969 — Por despacho ministerial funcionou na Direcção Geral dos Hospitais um grupo de trabalho constituído por médicos e paramédicos a fim de estudar as carreiras destes. Surge a primeira tentativa de baixar para o 5.º ano as habilitações básicas para a formação destes técnicos. Esta tentativa foi impedida por um movimento simultâneo dos profissionais F.T., T.O., T.F.

1971 — É criada a carreira de Técnico Terapeuta pelo Decreto 414/71 (atrás referido). É mantida como habilitação básica o 7.º ano liceal.

30.12.77 — Decreto Lei 87/77 — Estabelece uma carreira uniforme para vários profissionais «paramédicos», exigindo habilitações para ingresso, o curso Geral dos Liceus, sem uma regulamentação prévia das necessidades de cada um desses profissionais.

VII — POSIÇÃO F.T.

— Contra o Decreto Lei 87/77.

1. No que respeita às habilitações
 - a) Curso Complementar dos Liceus
 - b) 3 anos de curso

Justificação

a) **Idade** — a ser mantida sem a exigência de escolaridade correspondente, dar-nos-ia duas hipóteses no recrutamento de candidatos.

- 1 — A não interrupção da escolaridade — ficaríamos com candidatos menos aptos.
- 2 — A interrupção da escolaridade — quebra do ritmo de trabalho.

b) **Maturidade** — Necessária em função do tipo de trabalho da saúde a que nos dedicamos.

— Tratamento exigindo longos contactos.

— Doentes com alteração do comportamento.

c) Tendência normal de aumento do índice de escolaridade, de acordo com a linha política da educação.

d) Alternativa de curso técnico, à universidade comprovada com o aumento de candidatos a este curso de ano para ano.

F.T. 77/78 — 400 candidatos

200 candidatos com condições mínimas.
vagas 48.

c) Em função do curriculum exigido pela prática profissional e integração nas equipas de saúde, e não em função dum elitismo.

f) Com vista à manutenção de reconhecimentos das Associações Internacionais — World Confederation for Physical Therapy (de que nós somos membros) e da C.E.E.

g) Contacto realizado pela Direcção Geral do Ensino Superior com vista à integração no Ensino Superior Curto.

VIII — RASTREIO

Com base no O.M.S. para cada 50.000 habitantes são necessários 3 a 5 fisioterapeutas e 1 a 3 estagiários.

Em 1974 no nosso país seriam necessários aproximadamente 800 fisioterapeutas e 600 estagiários.

Neste momento existem 200 fisioterapeutas e 30 estagiários.



No próximo artigo abordaremos problemas centrados nos deficientes e sua problemática de integração social.

educação física na terceira idade

TERESA ABRANTES

professora de física

1. Introdução
2. Perspectivas de organização
3. Meios Técnicos
4. Conclusões

1. Introdução

Entre nós, a prática de actividade física na 3.^a idade não tem ainda tradição. Regra geral o indivíduo, ao caminhar para a terceira idade, torna-se funcionalmente mais débil, psicologicamente mais introvertido e socialmente mais indiferente.

A atitude filosófica perante o envelhecimento: este é concebido, não como algo que se dá numa determinada fase da vida, mas que existe de uma forma latente fazendo-se sentir desde o nascimento, com períodos de maior ou menor intensidade.

O processo de envelhecimento desencadeia-se sempre que condições intrínsecas ou extrínsecas ao indivíduo que provocam uma alteração no equilíbrio «construção-destruição» em favor desta última. Sistematizando, podemos definir o processo de envelhecimento através das seguintes coordenadas:

— Bioquimicamente observa-se uma predominância dos fenómenos de desassimilação sobre os de assimilação e dos processos catabólicos sobre os anabólicos donde resulta uma atrofia ao nível das células, tecidos e órgãos.

— O espaço torácico onde se dão as trocas gasosas é reduzido pela artrose e pela calcificação das superfícies articulares e ainda pela própria confluência dos alvéolos, notando-se um aumento do volume residual em desfavor da capacidade vital.

— A actividade metabólica é também reduzida no processo de envelhecimento diminuindo portanto a «performance» do indivíduo e aumentando o tempo de recuperação.

— A nível do sistema cardiovascular, as degenerações traduzem-se numa diminuição do volume do músculo cardíaco e da tonicidade das suas fibras. As artérias perdem a sua elasticidade e, paralelamente, depositam-se nas suas paredes substâncias gordas.

O débito cardíaco, a frequência pulsátil máxima de transporte de oxigénio tornam-se reduzidas. A frequência diminui com a idade, quer em repouso quer durante o esforço. Durante a actividade máxima, a frequência aumenta, até ao esgotamento do indivíduo. Se, para indivíduos de 20 anos, a frequência cardíaca máxima ronda os 200 ciclos/minuto, para o indivíduo de 60 anos, a frequência cardíaca deve situar-se entre os 120 ciclos/minuto, donde, o trabalho a realizar com o indivíduo idoso terá características específicas para desenvolver o factor endurance.

A escolha da actividade deve ser sempre fundamentada e constantemente corrigida, de modo que os indivíduos se exponham minimamente a qualquer situação que ponha em perigo as suas capacidades funcionais.

De uma maneira geral, aconselham-se actividades como: a marcha ao ar livre; movimentos no meio aquático (natação); andar de bicicleta; ginástica; golfe e qualquer outra actividade que tenha sempre a preocupação de se adaptar ao perfil psicológico e funcional do indivíduo idoso.

2. Perspectiva de organização da actividade nas diversas modalidades

Qualquer modalidade não deverá agrupar um número superior a vinte indivíduos, sobretudo numa fase inicial, pois a atenção que cada indivíduo requer deverá ser a maior sem que, no entanto, se criem situações de grande individualização.

A dinâmica de grupo procurará ser «aberta» (sempre predisposta a integrar outros elementos), fazendo-se notar a necessidade de linhas de correspondência entre os praticantes e entre professor e praticantes.

Características das sessões: deverão ser mistas (ambos os sexos), com frequência de duas a três vezes por semana e com duração aproximada de uma hora. Com características extremamente motivadoras, as sessões deverão transmitir uma certa alegria, levando os indivíduos a ver nelas algo que «lhes faz bem» e que paralelamente, os continua a divertir.

3. Meios técnicos de intervenção

A marcha — Deverá manter um ritmo não acelerado, com a preocupação de tornar a respiração adequada às várias situações do percurso. A escolha do percurso deverá ter em conta a arborização e o acidentado do terreno, além do envolvimento climático durante a marcha para que o esforço seja o mais acertado.

A quantidade de quilómetros percorrida dependerá naturalmente da condição física média do grupo e, de uma maneira geral, dos factores atrás nomeados que condicionam a actividade do indivíduo idoso.

A natação — A movimentação do indivíduo idoso no meio aquático reveste-se de grande interesse, na medida em que existe uma facilitação do meio, quanto à execução de movimentos devido ao impulso que o corpo sofre. Paralelamente, observa-se nos indivíduos idosos, uma melhoria circulatória resultante da posição horizontal do deslocamento e da própria massagem subaquática que o deslocamento das partículas da água provocam, assim como, a melhoria da própria capacidade respiratória. A própria temperatura da água (cerca de 30º centígrados) constitui uma facilitação para o trabalho com as superfícies articulares.

Bicicleta — Um passeio de bicicleta, percorrendo distâncias em terreno plano ou pouco acidentado, deverá constituir a continuidade de um hábito retido durante a vida.

Actividades jogadas — Sempre com carácter não competitivo, poderão ser executadas várias modalidades como o golfe, a malha ou o tiro ao arco. Danças folclóricas — poderão constituir igualmente um meio de animação para os indivíduos idosos, lembrando-lhes danças e cantares das suas terras.

Ginástica — Deverá ocupar-se da mobilização das várias superfícies articulares, melhorando-lhes as suas amplitudes e reconstituindo a coordenação inter-segmentar. Toda a movimentação deverá incluir uma respiração adequada.



SUGESTÕES PARA UM PROGRAMA NUM PERÍODO DE 6 MESES

Modalidade	Tempo mensal	Tempo semanal	Tempo diário	Observações técnicas
1.º mês — Marcha (ar livre)	4	1	30 m	Terreno plano e arborizado (Temperatura ambiente agradável)
Ginástica	8 a 12	2 a 3	45 m	Diversas situações de deslocamento Movimento de incidência proximal Desbloqueamento articular
2.º mês — Marcha (ar livre)	4	1	60 m	Terreno plano e arborizado (Temperatura ambiente agradável)
Ginástica	8 a 12	2 a 3	45 m	Deslocamentos com situações rítmicas, movimentos proximais e/ incidência respiratória. Noções de carácter funcional ligados ao exercício
Marcha (ar livre)	4	1	60 m	Terreno plano e ligeiro declive e arborizado. Coordenação da respiração. Indicações s/ técnica de marcha adequada aos vários tipos de terreno
3.º mês — Actividades jogadas	4	1	60 m	Aprendizagem
Ginástica	8 a 12	2 a 3	45 m	Aumento da intensidade das sessões. Mov. proximais. Exploração espacial. Cont. das noções funcionais básicas ligadas à acção do exercício
Marcha (ar livre)	1	—	1,30 m	Terreno plano e/ ligeiro declive. Trabalho de endurance
4.º, 5.º — Actividades jogadas ou	4 a 8	1 a 2	60 m	Situações repetitivas da modalidade Elaboração de tarefas em grupo
6.º mês — Natação	4	1	30 m a 45 m	Aprendizagem de locomoção e da respiração no meio aquático e formas jogadas em situação de grupo
Ginástica	8 a 12	2 a 3	45 m	Aumento intensidade das sessões. Introd. equilíbrios estáticos e dinâmicos de grandes aparelhos. Iniciação a exerc. de coordenação neuromotora. Trabalho de endurance.

ACTIVIDADE FÍSICA, SUA REPERCUSSÃO AO NÍVEL SOCIAL E PSICO-SOCIAL

A prática da actividade física, é, em si, uma tentativa de levar ao estado de equilíbrio as regressões dos aparelhos ortheo-articular, cardiovascular, respiratório e neuromuscular.

Procura a nível psíco-social, ser um contributo para melhorar ou manter uma relação agradável entre os indivíduos no grupo, evitando, deste modo, o seu isolamento e a dificuldade de ocupação dos «grandes tempos livres».

CARTA DOS DIREITOS DO ANCIÃO

- 1.º — Honra o ancião como o símbolo da utilidade da vida humana...
- 2.º — Emprega com o ancião aquele tratamento que desejas para ti próprio, ao chegares à sua idade.
- 3.º — Coopera, em tudo, para melhorar as condições de vida das pessoas de idade.
- 4.º — Alivia os sofrimentos que a idade pode acarretar aos mais velhos e não os aumentes.
- 5.º — Consegue que a sociedade utilize o saber e a experiência do ancião.
- 6.º — Facilita ao ancião a participação na vida social.
- 7.º — Favorece as boas relações entre os idosos e as suas famílias.
- 8.º — Cria em volta dos idosos um ambiente de bem estar e satisfação que coroe a alegria de uma vida prolongada.
- 9.º — Supre com a tua força a que falta ao ancião em benefício da sociedade.
- 10.º — Honra o ancião...

(Prof. Colombo — Congresso Gerontologia — Itália 1963)

TRABALHOS APRESENTADOS EM CONGRESSOS

C.I.G.S. (Centre International de Gerontologie Social)

Beregi e Lengyel — L'état de santé des personnes âgées

Lessa et Ruffie — Le vieillissement biologique et ses implications socio-économiques.

Hermanova — À propos de problèmes methodologiques concernant, l'appréciation du potentiel fonctionnel des personnes âgées.

de Hamms — The importance of the locomotor system in geroprophylaxis.

Boletim FIEP — n.º 3, 1965

Matesfe. Dragomir — Problèmes de la lutte pour la longévité.

TRABALHOS NÃO PUBLICADOS

Abrantes, Maria Teresa — Dissertação, fim de curso — 1973
Estudo para o movimento do geronte.

Abrantes, Maria Teresa — Educação física na 3.ª idade
Comunicação apresentada nas jornadas de Gerontologia Social 9/11 Nov. 1976.

LIVROS

Cuvier, G. — Votre 3^{ème} age, l'expansion
C.F., 2.ª edição 1970

Pagaud, S. — Le vieillissement des aptitudes.
Biotypologie pp 64-94, 1953.

Pagaud, S. — Recherches sur la fatigabilité des personnes âgées par la méthode des temps de réaction. Colloque C.N.R.S. 1960.

Reis, José — Medicina Geriátrica, Citemica Lx.
1967, cap. I, III, VI, VIII, IX.



INTERVENÇÃO

ASSOCIAÇÕES

debate: animação sócio-cultural

Intervenção deu conta aos seus leitores do debate que ia promover sobre a importância da acção cultural e animação sócio-cultural no nosso país, e qual o papel da revista da animação e dos animadores.

Este debate é aberto a todos os que nele quiserem participar, quer o façam enquanto organizações ou individualmente.

Divulgamos hoje as posições da ARSTA, Associação Regional de Santarém de Teatro Amador, do CAOB, Centro

de Apoio dos Organismos de Base de Lisboa, do CEEC Centro de Estudos, Educação e Cultura no Porto, da FAPIR, Frente de Artistas Populares e Intelectuais Revolucionários e UPAJE, União Para a Acção Cultural e Juvenil Educativa.

Esperamos e exigimos outras contribuições, basta enviar para o Apartado 21064 Lx. 2 com uma pequena descrição conjunta de quem é o grupo que subscreve o depoimento, que actividades desenvolve e onde se localiza... e claro, tudo o resto que entender dizer.

ARSTA

ASSOCIAÇÃO REGIONAL
DO TEATRO DE AMADORES
DE SANTARÉM

FUNÇÃO E OBJECTIVOS DA ANIMAÇÃO / PAPEL DE UMA REVISTA DE ANIMAÇÃO

Como é sabido, o Poder Central continua sem dar autonomia financeira às autarquias, pela não aprovação de um orçamento posto à disposição das mesmas a partir de uma verba que seria tirada das receitas das repartições de contribuições e impostos locais, a fim de cada região poder, por si só, resolver os seus problemas, sem estar dependente dos eventuais apoios quando se pensa fazer uma escola, abrir um caminho, reparar uma fonte, criar uma biblioteca, um grupo de teatro, um cine-clube, etc... etc...

Esta situação é fácil de compreender, sob o ponto de vista político. Trata-se de negar a descentralização do poder (incluindo a Cultura), a fim de o mesmo continuar a ser praticado unicamente pelos esclarecidos cérebros dos ministros ou secretários de Estado, ao serviço dos seus partidos políticos, e não ao serviço do Povo Português.

Já viram o que seria se a Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis conseguisse fazer uma Universidade?

Então, e depois??! Quem receberia os louros? — O Presidente da Junta??!

Não! Não pode ser, porque para as próximas eleições o Povo votaria nele.

Isto significa que num País como o nosso, onde não há uma política cultural definida e onde a descentralização continua a ser uma

utopia, é impossível, ou muito difícil, levar a cabo qualquer animação, dinamização ou organização cultural, que para surtir efeito tem que ser obrigatoriamente de base popular e, consequentemente, revolucionária.

Pensamos que a principal necessidade da Animação Sócio-Cultural em Portugal, é, neste momento, a de formação de animadores capazes de, pelo seu trabalho e inteligência, ultrapassarem as dificuldades motivadas pela inexistência de condições de movimentação, deixando em cada região abrangida pela sua acção agentes culturais devidamente motivados para a continuação da luta pela Cultura.

Caso contrário, acontece o que aconteceu com as Campanhas de Dinamização Cultural do MFA. Fizeram-se, foram úteis, mas cometeram o erro de não assegurarem a continuação da acção e de não considerarem devidamente os valores locais. Os dinamizadores estavam algum tempo nesta ou naquela região, trabalhando numa maneira positiva, mas, quando se vinham embora, tudo ficava como dantes. Não havia quem aproveitasse a semente.

A propósito de «semente», entendemos que a questão urgente sobre Animação Sócio-Cultural é COMO CRIÁ-LA?

A partir daqui, o tema «Função da Animação» que nos foi proposto, passa para segundo plano, pois estamos longe de dizer que há Animação em Portugal, relativamente às necessidades culturais mais permentes do Povo que somos e que queremos ser.

No entanto, e sobre os objectivos da Animação oferece-nos dizer que eles se situam numa linha de obtenção de quadros regionais de base, sempre considerando os valores culturais já existentes, capazes de efectivá-la ao longo dos tempos, para produzirem o Homem à sua total emancipação e liberdade, pela Cultura.

Como não existem alicerces, o que se tem feito é apenas uma tentativa superficial de uma «revolução conta-gotas». Não andamos para trás, culturalmente falando, mas também não andamos para a frente.

Como estamos, é impossível atingir os

objectivos duma Animação Sócio-Cultural, tanto mais que essa própria animação é «desanimada» à partida por forças burguesas não interessadas na sua realização.

No que concerne à sua função, ela é, ou deverá ser, humanisticamente educativa e democraticamente libertadora.

Outras nações mais desenvolvidas culturalmente do que nós, têm várias revistas de Animação. Nós só temos esta e corre o perigo de desaparecer!

O papel de uma revista de animação, como é o caso de INTERVENÇÃO deve ser interveniente, formativo e informativo, animador e dinamizador.

Interveniente na acção que se desenrola pela inclusão de críticas abertas, suscitando a polémica e o entendimento; formativo pela apresentação constante de textos adequados às necessidades e à multiplicidade de funções que a Cultura proporciona; informativo no que diz respeito a todo um noticiário tendente a fazer sistematicamente um ponto da situação, e a partir dele conseguir um esclarecimento generalizado do que se passa em Portugal; animador por todas as iniciativas que, como esta, possam de algum modo contribuir para uma VIDA cultural e social mais evoluída e reforçada nas suas origens; e, finalmente, dinamizador pela sua razão de ser e estar.

É, em suma, um papel político e progressista!

Aqui e agora, torna-se necessário lutarmos para que a revista INTERVENÇÃO não desapareça. Se isso acontecer, ficaremos mais pobres!

ARSTA

Sede provisória:

Casa da Cultura

Lg. Padre Francisco Nunes da Silva
Santarém

Nota: o resumo do nosso trabalho e objectivos pode ser verificado através do Relatório-Projecto que foi parcialmente publicado no n.º 7 da «Intervenção».

CAOB

CENTRO DE APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DE BASE

UMA ASSOCIAÇÃO

AO SERVIÇO DAS ORGANIZAÇÕES DE BASE

ORIGEM

Em Abril de 1976, após meses de experiência, um grupo de pessoas interessadas na animação sócio-cultural constituiu-se em associação e educação, com o nome de CENTRO DE APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DE BASE (CAOB).

Sentimos a necessidade de responder a problemas tais como alfabetização, saúde, habitação, animação cultural. Assim, os objectivos apontam para:

- apoio técnico-pedagógico às organizações de base e
- cooperação com esses grupos e com associações com objectivos semelhantes aos nossos, no nosso país e em países de língua e emigração portuguesa.

No começo FOMOS APOIADOS por um subsídio da Direcção-Geral da Educação Permanente e por grupos e pessoas solidárias com este tipo de acção, nomeadamente um grupo de Lausanne, para além das quotas dos socios e do seu trabalho voluntário.

Porém, desde 1977, não recebemos qualquer subsídio. Temos sobrevivido contando com as nossas próprias forças. Pensamos, no entanto, que é imperioso que haja uma política de apoio efectivo às organizações de base e de educação popular para que desenvolvam uma actividade que representa um dos contributos mais validos para a verdadeira participação das comunidades no seu proprio destino e na transformação profunda da sociedade portuguesa.

Em geito de não definição

Pedi a revista «Intervenção» ao CAOB a resposta a um inquerito em que, entre outras coisas, nos era solicitada a definição do que entendíamos sobre animação.

Nós pensamos que isto de animação tem mais a ver com a prática e com o projecto de sociedade, que se tem em mira, do que com um dicionário ou com um manual. Seria necessário partir da nossa experiência e da contribuição que temos a dar para que o mundo, que é o nosso, seja efectivamente um universo de homens autenticamente livres e criadores.

A respeito da nossa prática, o contarmos-nos teria mais sentido se estivéssemos à volta de uma mesma mesa, ou nos encontrássemos sentados, em cavaqueira empenhada, sobre a relva ou frente a uma fogueira, criando ambiente, ou, então, nos confrontássemos na preocupação de afirmarmos perspectivas de reverbos estratégicas. Mas não é este o caso!

Como letra de uma resposta apenas ficaria impressa a frase que limita ou a alusão que sugere. E o que teríamos para comunicar, ficava de fora. E a vida que vivemos ou fizemos viver ou que outros nos ajudaram a partilhar, teria ficado ausente.

Quanto ao aliviar de dados acerca do projecto de sociedade em que nos empenhamos, diremos mais se afirmarmos os nossos objectivos e o programa que nos propomos do que contarmos um rosário de propósitos ou uma teoria de teses. É por isso que nos vamos cingir a alguns pontos do nosso projecto-programa para 1978, o qual já tem incorporado muito da nossa experiência e bastante dos nossos ideais e da decisão maior de tornar tudo realidade.

Antes, porém, apenas a afirmação, que não é gratuita, obviamente, de que para nós a animação não pode alhear-se dos problemas de emprego, saúde, habitação, transportes, tempos livres, acesso aos meios culturais, participação a nível de trabalho, de vida de bairro, de sindicato, política, social.

Se a animação camuflar qualquer destes problemas, não passará de uma esperança morta à nascença. Se a animação apenas servir para dar a ilusão de que as comuni-

dades estão a participar na construção do seu proprio destino e itinerário, continuando porém, tudo na mesmíssima, então não terá passado de um engano ou até de uma traição, mais ou menos subtil. E não queríamos que a animação fosse uma espécie de eutanásia para os vivos.

Ainda uma outra afirmação para nos esclarecermos a nós mesmos: a animação continua a ter um papel insubstituível: a evolução que a trajectória da sociedade portuguesa leva, longe de a dispensar, cada dia a torna mais urgente e lhe exige maior eficácia e coerência: na verdade é nos momentos difíceis que importa que todos participem para que as soluções aproveitem a todos porque por todos encontrada e por cada um constituídas.

Objectivos:

Tendo em conta, por um lado, os antecedentes da sua prática, e, por outro lado, a perspectiva preconizada, consideramos que o CAOB se deve identificar com um trabalho que tenha em vista a **FORMAÇÃO PARA A ANIMAÇÃO**, reconhecendo que a animação é posta em prática pelos elementos das organizações de base com as quais cooperamos.

Numa primeira aproximação, formulamos como objectivo fundamental de trabalho:

Participar colectivamente com comissões e Associações de Trabalhadores, de Moradores, Sindicatos e Cooperativas, em acções que tenham por finalidade a formação dos animadores aí existentes (na perspectiva de se criarem emblemas de novas relações de poder) **em função dos seus projectos e programas.**

Achamos importante deixar expresso outro objectivo que, embora sendo de nível diferente — pois não se destina a significar a natureza da acção — não se revestirá de menor importância pelos contributos que poderá trazer ao aprofundamento da perspectiva e prática do nosso projecto:

Solidariedade e Cooperação com Associações e Grupos Culturais, e com Organizações e Movimentos que defen-

dam uma prática orientada para a afirmação cultural e a Autonomia Organizativa dos Trabalhadores.

Recursos:

Tendo em conta os recursos existentes no CAOB, consideramos importante o seu aproveitamento em ordem à efectivação dos objectivos propostos. Porém, pensamos ser necessário questionar estes recursos, e outros que venham a ser integrados, para evitar que se desenvolva o saber pelo saber. Na verdade julgamos que todo o conjunto de conhecimentos disponíveis se devem adaptar aos objectivos, ou seja, devem ser um meio de estimular as capacidades dos grupos em busca do seu proprio saber e conhecimento transformador da realidade.

Esta é uma questão que achamos dever ser bem discutida, sendo para tanto necessário reconhecer o real significado das solicitações que chegam ao CAOB, por parte dos diversos grupos que pedem apoio — reivindicação do saber depositado nas mãos do «instruído» e quase nunca (ou mesmo nunca) a consciência do saber que cada grupo detém e das suas potencialidades. Um caminho importante tem de ser percorrido, pela recusa da divisória entre os que «sabem» e os outros e ainda pela valorização de cada grupo.

Pensamos que, ao orientarmos-nos para um trabalho visando a **FORMAÇÃO PARA A ANIMAÇÃO**, de acordo com os programas de acção das diferentes organizações, deparemos com a necessidade de se tratarem múltiplos conteúdos, de se identificarem diversos instrumentos e técnicas de intervenção. Daqui nasce a emergência de uma constante auto-formação e o apelo a que outros recursos sejam chamados ao serviço das organizações de base.

Programas

A programação do CAOB para 1978, assenta em três linhas de trabalho:

1. — Sindicatos:

Criação de condições favoráveis a um maior conhecimento da questão sindical por parte dos sindicalizados em ordem ao reforço da unidade da classe para a sua libertação e impedindo a manipulação, quer das cúpulas sindicais, quer dos partidos políticos e sobretudo das tentativas divisionistas que pretendem a cisão do movimento sindical.

A intervenção nos sindicatos por parte dos membros do CAOB obriga necessariamente à formação permanente ou auto-formação. Vê-se conveniência na criação de um núcleo de estudos sobre problemática sindical, ligado às intervenções a realizar.

Sente-se cada vez mais a carência de material de formação para o trabalho nos sindicatos.

Ao longo da existência do CAOB, tem havido várias intervenções, articuladas com organizações que correspondem à perspectiva delineada no actual projecto, mas reconhecemos terem sido demasiadamente circunstanciais as condições que permitiram esse trabalho.

Passar deste circunstancialismo a uma acção suficientemente planificada é a finalidade a atribuir a todos os sócios cuja tarefa imediata será accionar um sistema de relações com o exterior que permita detectar,

na área dos sindicatos e na vida local (comissões, associações de moradores, etc.) ONDE, COMO, QUANDO e PARA QUE, se poderiam levar a efeito programas de cooperação entre o CAOB e tais organizações.

2. — Solidariedade e cooperação com outros grupos

Em fins de 1976, iniciou-se um trabalho visando o intercâmbio de experiências levadas a cabo por diversos grupos e associações culturais dispersos pelo país, assim como formas de solidariedade a praticar entre os mesmos.

Com este objectivo efectuou-se em Coimbra um primeiro Encontro Nacional, em Março de 1977, organizado pelo CEEC e pelo CAOB. Este Encontro contou com a participação de 31 associações, 5 associações com o estatuto de observador, a solidariedade expressa de outras, que não puderam estar presentes e a adesão posterior de outros grupos informados pelas associações presentes e através do Boletim «VIVA».

Além de terem sido discutidos os objectivos e a estratégia dos grupos culturais num determinado contexto de vida política do país, foi decidida a elaboração do referido VIVA (sairam 2 números no espaço de 1 ano, havendo material para publicação de outros).

Institucionalizou-se, por decisão do plenário, um grupo de trabalho a nível nacional que integrava, à partida, 10 associações, estando, no entanto, aberto a outras.

A este grupo foi cometida a tarefa de proceder ao levantamento de todos os grupos existentes no país, em ordem à realização de encontros regionais em ordem a criarem-se coordenadoras regionais que promoveriam novo encontro nacional, mais representativo, de onde sairia a coordenadora nacional.

Neste momento, está em preparação novo Encontro de Associações e de Animadores, previsto para 30 de Junho e 1 e 2 de Julho, em Lisboa.

3. — Alfabetização

Dado que, presentemente, o grupo de alfabetização do CAOB entrou numa fase de reflexão crítica sobre o trabalho realizado até agora, a perspectiva para o corrente ano passa pelo estreitar da cooperação entre o CAOB e o Grupo de Trabalho de Alfabetização de Almada, estando previstas algumas acções de formação, de apoio técnico e de divulgação de material.

Lisboa, 26 de Maio de 1978

CAOB

FAPIR

FRENTE DE ARTISTAS
POPULARES INTELECTUAIS
REVOLUCIONÁRIOS

FAPIR — FRENTE DE ARTISTAS
POPULARES INTELECTUAIS
REVOLUCIONÁRIOS

Para quem não conhece a FAPIR, parece-nos útil transcrever algumas passagens dos estatutos e que nos têm servido de ponto de referência na nossa acção:

Artigo 4º — «A FAPIR é uma associação cultural nacional, com carácter de frente de luta, ampla e democrática, não partidária e não confessional, com as seguintes finalidades gerais:

a) Unir os artistas e intelectuais progressistas e patriotas na luta contra a opressão, a exploração e o obscurantismo, pelo Progresso, pela Liberdade, pela Paz e pela Independência Nacional.

b) Unir os artistas intelectuais progressistas e patriotas à luta mais geral do povo trabalhador de Portugal contra a miséria, a exploração e a opressão, contra o fascismo e o imperialismo.

c) Lutar pelos interesses e aspirações próprios dos artistas e intelectuais progressistas e patriotas, profissionais ou amadores, colectivos ou individuais.

d) Servir o povo no campo cultural, promovendo, apoiando, difundindo e defendendo todas as manifestações culturais do povo trabalhador, nascidas do seu trabalho, das suas lutas e das suas tradições seculares.

e) Lutar, de uma forma geral, pela promoção e afirmação cultural do povo trabalhador, por uma Cultura Popular contra a cultura das classes exploradoras, por uma Cultura Nacional contra a influência e o domínio cultural imperialista.

f) Permutar com os outros povos e divulgar por todos os meios ao seu alcance as suas obras culturais, expressão da sua luta contra a opressão, o fascismo e o imperialismo, em todas as suas formas.

A nossa acção tem-se caracterizado por várias iniciativas de que destacamos o apoio activo à luta dos trabalhadores dos 24 grupos de teatro independente, ao Festival Popular do 25 de Abril de 1977, luta dos trabalhadores do Século, Tribunal Cívico Humberto Delgado, comemorações do dia mundial do teatro (1978) e comemorações populares do 25 de Abril de 1978.

Temos também publicado um Boletim e saiu a 25 de Abril o 1.º número da Revista Cultural «Resposta», que temos apoiado.

Estas as actividades ou acção que são mais conhecidas. A par, temos tentado algumas outras acções, que têm talvez, mais que ver com a animação sócio-cultural, e que se traduzem no esforço de tornar a sede da FAPIR, num local aberto a todos os que, sendo ou não da FAPIR nos procurem. Sabemos por experiência própria, da dificuldade de encontrar locais de utilização comunitária, quer dizer, ao serviço dos moradores, grupos culturais, comissões de trabalhadores e outros, que lutam pela libertação do nosso povo.

Da necessidade de estimular a criação ou desenvolvimento em cada bairro das associações culturais e colectividades, tão importantes para a implantação de uma entreeja e cooperação, que respondendo às necessidades de convívio, encontro e trabalho colectivo, combatam no dia a dia, a vida alienante que nos propõe esta sociedade.

Procuramos que a sede da FAPIR venha a ter condições de trabalho e convívio, não se confundindo no entanto com outros locais em que a pretexto de um conforto e consumo burguês se confunde e nos podem confundir (alienar) com valores e modelos que não nos pertencem. O falso progresso dos drugstores, bancos luxuosos, supermercados cheios de inutilidades, da quinquilharia que todos os

dias nos oferecem pela publicidade na TV das salas de cinema acolhoadas, dos teatros oficiosos com as suas programações culturais absurdas e dispendiosas é o que queremos combater. O progresso, não se pode confundir com o aparelho de TV maior ou a cores, a carpeta nova, o carro individual e as luzes dos reclames luminosos, ele terá de corresponder a melhores condições de trabalho, à reconversão da produção para bens necessários, à não destruição do mundo em que vivemos, ao desaparecimento dos amontoados humanos a que chamamos centros urbanos, para que a vida se torne possível e dê lugar a um homem e mulheres novos, em que a cooperação substitua a competição e o necessário à vida não se confunda com o supérfluo.

Chegamos à questão que nos puseram: «Qual o papel de uma revista de Animação, hoje e aqui em Portugal?». Sem entrar em divagações, parece-nos ser o de motivar, divulgar, servir de elo de ligação, ao trabalho realizado por pessoas e grupos que querem ser «donos da sua vida» — estamos certos de que a «Intervenção» continuará por essa via, que tem sabido manter e que poderá vir a ser uma revista muito importante no campo da Animação Sócio-Cultural.

Para terminar, e citando Carlos Caldeira, deixamos algumas frases que nos têm também ajudado a encetar os primeiros passos no campo da animação:

Animação Sócio-Cultural (função e objectivos):

— Aprendizagem da vivência democrática, com participação consciente para exercer um papel no dever comunitário-social, cultural, político e económico;

— Aprendizagem para a compreensão do projecto de construção colectivo, possibilitando uma actividade criadora, tanto de integração como de contestação.

— Tornar a comunidade num grupo consciente, solidário, presente na sociedade, responsável, activo, participante;

— Associar todo o povo ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento dos seus membros.

Secretariado Nacional Provisório da FAPIR
FAPIR — Rua Alexandre Herculano, 55
LISBOA

UPAJE

UNIÃO PARA A ACÇÃO
CULTURAL E JUVENIL
EDUCATIVA

Aqui vai o nosso contributo para este debate — diálogo tão necessário, pela sua importância no conhecimento que trará a cada um de nós do que os outros fazem e pensam; única forma de encontrarmos as nossas diferenças, as nossas semelhanças e poderemos reflectir, definir metas e prioridades e actuar em conjunto e ordenadamente.

Para a construção de um país novo, onde as relações entre os homens sejam mais justas e fraternas, é imprescindível concretizar-se uma recuperação económica que im-

pulsione os diversos sectores da economia, de forma a criar uma estrutura económica que provoque uma real diminuição das diferenças e desigualdades de ordem económica, proporcionando o acesso igualitário de toda a população, àqueles direitos que estão desde há muito, consagrados como fundamentais e inalienáveis, como são entre outros, os casos da saúde, habitação, educação e cultura.

Nós, como membros de uma Associação que pretende desenvolver a sua acção na área da intervenção cultural, temos grande parte da nossa atenção virada para a cultura como factor de importância decisiva para a reconstrução, independência e definição de qualquer país.

E quando nos referimos à cultura, pensamos numa prática cultural que parta de um conhecimento profundo da nossa realidade, como forma de entender, estar e actuar, individual e colectivamente, que torne a realidade perceptível, acessível e passível de transformação.

Entendemos pois, que ultrapassar a fase que actualmente vivemos, significa também, investir na prática cultural. E investir solidamente nesta prática (tal como a entendemos acima), significa criar condições para quebrar o isolamento das populações e iniciativas, incentivar o diálogo, a participação e a abertura de cada um dos processos criativos e críticos, através das mais diversas formas de manifestação cultural, criando condições para a existência de processos autênticos e genuínos; vivências que não pretendem ser processos de esquecer e sublimar — mas de alterar — a dura realidade de todos os dias.

Aqui, como noutros sectores da vida do País, há que conhecer o que há, por que há, quem faz e porquê, de modo a poder dar uma boa utilização e aproveitamento aos recursos humanos e materiais existentes, em ordem a estabelecer uma ligação entre todas as iniciativas, entre todos os agentes da prática cultural: fazendo, reflectindo acerca do que foi feito e, perspectivando as tarefas fundamentais, a pensar num Futuro mais digno e humano.

Queremos pois, fazer, mas, perceber colectivamente, porquê, com quem e o que será mais correcto ser feito.

Temos consciência das nossas insuficiências e dificuldades, assim como da distância

a que ainda nos encontramos dum trabalho tal como o definimos acima, razões que nos levam a ser cautelosos e a evitar triunfalismos, recusando ser cúmplices de «grandes planos», facilmente elaborados à custa de belas frases e actividades nada difíceis de imaginar, mas que pouco ou nada contribuem para alterar o panorama geral da prática e intervenção cultural, pois embora possam ser, em muitos casos, fruto de um activismo cheio de boa vontade são, no entanto, incapazes de perceber e perspectivar, unindo dialecticamente o particular e o geral, a prática e a teoria. Daqui resultam, obviamente, actividades desligadas do real e do quotidiano, desconexas e pontuais, baseadas no acaso e empirismo.

São todas estas preocupações que têm norteado o nosso trabalho e os nossos contactos com outras associações afins e entidades oficiais, pretendendo, nós, alertar para a necessidade dum trabalho urgente que deve ser feito conjuntamente por todos os interessados e, para o qual, desde já, nos propomos participar.

A UPAJE — União Para a Acção Cultural e Juvenil Educativa é uma associação que «tem como objectivos principais a coordenação e congregação de esforços e iniciativas conducentes à realização de uma acção sócio-cultural, no sentido da auto-promoção e desenvolvimento social e cultural dos grupos e comunidades a que se dirige, bem como o apoio à acção juvenil educativa, a qual se propõe também dinamizar pela sua prática» (do art.º 1.º dos Estatutos).

A nossa acção é fundamentalmente com comunidades no sentido de incentivar acções que melhorem as suas condições sociais e culturais, acções essas, em que o escalão etário, dos 8 aos 12 anos, será particularmente abrangido; mas, porque a comunidade é formada por indivíduos de todas as idades, não podemos limitar o nosso trabalho de uma forma rígida e estanque a este ou aquele escalão etário. Assim, devemos alargar a nossa capacidade de intervenção a outros sectores da população, e nestes, procurar actuar em áreas, que não só as estritamente culturais (teatro, fantoches, música, cinema, etc.) mas, em todas aquelas que pelas suas características estejam relacionadas e ligadas à problemática da participação e do desenvolvimento social e cultural das popu-

lações. Podemos citar, a título de exemplo, a alfabetização, práticas de medicina preventiva e saúde pública, protecção ao meio ambiente, auto-construção de equipamentos colectivos, creches, etc.

Presentemente, a estrutura da Associação compreende uma equipa de audio-visuais, o grupo de teatro infantil «Os Saltimbancos» e o grupo de fantoches «Zé Broa».

Colabora igualmente, na estratégia da Associação, como grupo independente, a equipa de realização de filmes «Câmara-Ação».

Concretamente, e em dois diferentes locais procuramos realizar uma acção comunitária de acordo com a orientação atrás definida. Referimo-nos à barragem da Raiva, perto de Coimbra e à zona da Mouraria, em Lisboa, onde o antigo teatro Taborda (na Costa do Castelo) nos foi cedido pela Câmara Municipal com o objectivo de aí instalarmos a nossa sede e criarmos um Centro Cultural.

Para este efeito temos vindo a realizar conjuntamente com a Junta de Freguesia do Socorro, Comissão de Moradores do Socorro, Grupo Desportivo da Mouraria, UMAR do Socorro, algumas iniciativas de que se destacam as comemorações do 25 de Abril e Dia Mundial da Criança, no Largo Martim Moniz, visando a criação de facto do Centro Cultural da Mouraria, que deverá ser perspectivado em função das necessidades da população da Mouraria, isto é, com a preocupação de desenvolver acções de âmbito cultural que pela sua universalidade possam apresentar-se como um polo vivo de cultura popular.

Resta-nos dizer que em todo este processo consideramos extremamente importante a existência de um órgão que torne conhecida a prática das diferentes iniciativas culturais, contribuindo assim para a sua melhoria qualitativa, interligação e colaboração em ordem ao estabelecimento duma vasta e forte prática sócio-cultural. «Intervenção» parece-nos assim, extremamente necessária e útil.

UPAJE

Instalações provisórias:
Edifício do Amparo, 1.º andar
Lg. do Martim Moniz
Lisboa

CEEC

CENTRO DE ESTUDOS
EDUCAÇÃO E CULTURAL

**contra o governo
com o CDS
a acção cultural
revolucionária**

Com o Governo reaccionário, acentuar-se-á a tendência ao isolamento das Associações Culturais, caso os revolucionários não saibam dar as respostas adequadas, tanto na acção cultural revolucionária como nos suportes organizativos das e entre as Associações mais ligadas ao movimento popular e que fazem parte de uma *corrente* que apesar de dificuldades múltiplas (formação de quadros, material técnico de intervenção, verbas para os seus projectos) se conseguiu autonomizar da agitação e do espontaneísmo que «guiou» grande número de associações durante o período mais rico do movimento popular.

Perante a ofensiva burguesa, que neste como noutros campos, mostra ora uma face arrogante, com ameaças e cargas policiais nos despejos, ora surge com maior «inteligência» e subtilidade, propondo às Comissões de Moradores a «troca» de casas justamente ocupadas por pavilhões pré-fabricados (caso da Ass. Ms. da Vitória) ou por creches do Estado, com serviços (autocarros) do Exército (caso da Ass. Ms. da zona de Justino Teixeira); perante esta acção da

burguesia que, utilizando muitas vezes as Juntas de Freguesia, visa *esvaziar* o movimento popular das suas importantes conquistas, propondo-se *substituir* as Ass. Mors. e outros organismos de base, para adormecer e apagar estes focos de resistência popular à recuperação capitalista e à submissão ao imperialismo; há que articular as conquistas da organização popular, reforçando algumas delas (Infantários, creches) mantendo viva a mobilização dos moradores, respondendo à subtileza dos engenheiros da Câmara e dos Doutores do Ministério com a vivacidade e criatividade da organização dos trabalhadores/moradores. Foi a resposta da luta da Associação de Moradores de Justino Teixeira!

A acção do CEEC nas zonas de intervenção, onde além de outras acções, em colaboração com animadores locais e outras associações culturais, são alfabetizados cerca de 40 homens e mulheres — trabalhadores — não havendo qualquer apoio do aparelho de Estado — a acção das associações culturais, a acção dos revolucionários no terreno cultural, tem de apontar a progressiva articulação com os organismos populares de base, nos locais de intervenção, nas suas lutas contra as manobras atrás referidas.

Este é um passo. parcelar imediato para aquilo que o nosso Encontro (Set./Out. 77) apontou: os revolucionários deverão opor à acção global da burguesia, uma acção global cultural e revolucionária, articulando as diversas frentes de luta, ligando a acção cultural à luta sindical, à luta nos campos e nas escolas, etc. Esta é uma necessidade fortemente sentida por animadores culturais, sindicalistas revolucionários e cooperativistas, particularmente nas regiões Norte e Centro do nosso País, onde quer um processo de Reforma Agrária, quer a participação na luta sindical encontram um terreno adverso, muitas vezes por razões culturais/ideológicas, bem conhecidas.

QUESTÃO CULTURAL E ACÇÃO GLOBAL

A ARTICULAÇÃO DAS DIVERSAS FRENTES DE LUTA

1. Sabemos bem qual tem sido o preço que as classes trabalhadoras deste país têm vindo a pagar, no seu dia-a-dia, pela prossecução da política encetada pela burguesia após o 25 de Novembro, sob a palavra de ordem de «reconstrução nacional».

Também sabemos bem quais têm sido os instrumentos utilizados para a realização de tal política: a reconstrução do aparelho de Estado burguês, a nível político/ideológico, o processo contraditório de unificação das várias fracções da burguesia, a nível social, e por intermédio destes dois instrumentos, a recuperação capitalista sob a égide do imperialismo norte-americano e do sub-imperialismo europeu, a nível económico.

A violência que a reconstrução do aparelho de Estado burguês tem vindo a possibilitar, incide fundamentalmente no campo ideológico, na utilização dos ramos ideológicos do aparelho de Estado em detrimento da utilização dos seus ramos repressivos (embora seja na questão da utilização preferencial de uns ou de outros que se tem vindo a centrar, em boa parte, a resistência interna ao processo de unificação da burguesia industrial e da burguesia latifundiária). Através da imprensa e da TV violenta-se a consciência das classes trabalhadoras no sentido de lhes fazer aceitar uma «política de austeridade», o abrandamento das suas lutas em nome de uma política de «salvação nacional». Claramente a acção cultural ou ideológica do poder surge como uma acção de integração e de domesticação das classes trabalhadoras num projecto de dominação ideológica da burguesia e de conciliação de classes (pacto social).

A questão cultural está assim na ordem do dia da luta de classes no nosso país. Fazer da acção cultural um «factor de desagregação das ideologias e da cultura dominantes (...), a arma de evidência da luta de classes e da sua activação» é assim uma tarefa fundamental que se coloca a todos os animadores culturais (e não só) portugueses como projecto revolucionário.

3. Mas seria um erro que a consciência que hoje temos da importância da acção cultural na resistência ao avanço das forças burguesas, nos conduzisse a sobrestimá-la ao ponto de não vermos a necessidade de a articular com a acção económica, social e política. À acção global das forças burguesas há que opor igualmente uma acção global revolucionária que coordene os campos de actuação cultural, político, social e económico (1). A confirmar isto mesmo está a experiência por todos nós vivida de como a acção cultural desligada de qualquer outro tipo de acção, por mais que a sua importância seja sentida e reconhecida pelas massas trabalhadoras, é sempre vista como alvo de exterior, «a mais» em relação à premência de que se reveste a resolução dos seus problemas económicos e sociais.

4. Assim, erguer e desenvolver a frente cultural revolucionária a partir de associações culturais, de grupos de teatro e corais, de intelectuais, etc., sem a articular com outras frentes (política, social, sindical, luta nos campos, estudantil, etc.) numa acção global, é condená-la — numa situação política como a que hoje vivemos em que a correlação de forças é desfavorável ao campo popular e em que, pelo menos a curto prazo, não é previsível uma alteração dessa correlação — ao seu grupo progressivo afunilamento e futuro fracasso. Aliás este perigo não se restringe apenas a esta frente porque o mesmo se pode prever — na situação política actual — para as outras frentes. Impõe-se igualmente para estas a necessidade de articulação com a frente cultural.

A situação política actual mostra que ainda estamos a tempo de encetar esta acção global. Se não vejamos. As contradições agudas no seio da burguesia, a não efectivação de empréstimos externos, a inexistência de um movimento sindical social-democrata forte e a resistência popular activa ao avanço da burguesia tem dificultado a afirmação de um pacto social. Assim a acção global, acima proposta, tem um campo ainda favorável e impõe-se como instrumento de resistência.

(1) «Qualquer tentativa de acção cultural e só cultural, chocará necessariamente com a passividade, o desinteresse, e a despolitização duma grande parte dos membros da sociedade, isto é, com estrutura psíquica criada e desenvolvida pelo capitalismo de organização. Do mesmo modo, as acções políticas e sociais orientadas para o socialismo, a democracia económica, e a auto-gestão chocar-se-ão com as estruturas de consciência que tornam o seu apelo e a sua mensagem dificilmente assimiláveis.

Por isso penso que se tornou impossível actuar de maneira parcial ou isolada num só desses planos e que todos aqueles que ainda querem defender o desenvolvimento da personalidade, do nível intelectual real, e a tradição humanista, devem estar conscientes de que os diferentes aspectos da problemática humana são hoje, mais do que nunca, inseparáveis, de modo que nada poderão obter actuando unicamente no seu próprio domínio, pois a sua acção será ineficaz se não for integrada numa luta global até porque, qualquer que seja o domínio em que a acção se situe, ele apenas poderia ser considerado como desprezível ou secundário em relação ao resto da vida social.

Mais do que nunca a acção cultural está condenada a permanecer estéril se se separar da acção económica, social e política, mas também, mais do que nunca, a acção social, económica e política, não poderá permanecer à margem da luta pela tomada de consciência e pela activação desta, activação essa que é inseparável do surto de vida cultural.»

(L. Goldman, «A criação cultural na sociedade moderna», Lisboa, Editorial Presença, 1976, 2.ª edição, p. 46-47).

INFORMAÇÃO

INTERVENÇÃO



II encontro de associações de educação popular e de apoio a organizações de base e de animadores culturais

PROPOSTA DE ENCONTRO

PROJECTO — DATA — LOCAL:

Propomos a realização de um II ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES DE EDUCAÇÃO POPULAR E DE APOIO A ORGANIZAÇÕES DE BASE E DE ANIMADORES CULTURAIS a realizar em Lisboa em data a definir.

Como novidade sobre o I Encontro, há a assinalar o alargamento a Animadores.

OBJECTIVOS:

1. Análise da situação actual respeitante às Associações Culturais e Organizações de Base.

2. Reflexão conjunta sobre o papel do animador decorrente da análise da presente situação cultural.

3. Intercâmbios de experiências, projectos, técnicas, alternativas.

4. Informação - Formação a partir de oficinas de carácter intensivo em que se experimentem e executem algumas técnicas consideradas mais necessárias e urgentes para a situação actual ou mais adaptadas aos meios de que dispõem as organizações de base.

NOTA: A ideia é de haver muitos pequenos grupos de trabalho em que se abordem técnicas muito acessíveis. Pensamos que poderiam existir ateliers sobre cartaz, jornal mural, serigrafia, teatro e alfabetização.

Como necessariamente, se disporá de pouco tempo, julgamos que será necessário imprimir a este Encontro um ritmo muito directo e muito prático, sem deixarmos, como é óbvio, de proceder a uma reflexão aprofundada.

EXPOSIÇÃO PERMANENTE

Com os materiais que os grupos trouxeram e na intenção de se trabalhar em con-

junto, propõe-se que desde o início se proceda à montagem de uma exposição que permanentemente será enriquecida.

OFINAS

Conforme já foi explicado em 4, funcionarão oficinas de teatro, serigrafia, alfabetização, cartaz, jornal mural.

TEXTO BASE PARA REFLEXÃO DO ENCONTRO

Para que a reflexão se aprofunde e para que haja maior eficácia julgamos que será necessário pre-existir ao Encontro um Texto Base a ser elaborado sobre responsabilidade do Grupo Promotor do ENCONTRO.

GRUPO PROMOTOR DO ENCONTRO

Este 2.º ENCONTRO deveria ser organizado e promovido pelos Grupos que têm colaborado no Grupo de Trabalho Coordenador das Associações Culturais caso estejam de acordo e ainda outros grupos que queiram participar.

PROGRAMA, HORÁRIO, TRANSPORTES, DORMIDAS, ETC.

São problemas que têm de ser debatidos com a presença das Associações que constituem o Grupo Promotor.

GRUPOS A CONVIDAR:

Como proposta, avança-se o seguinte enlenco:
enlenco:

GRUPOS A CONVIDAR:

Como proposta, avança-se o seguinte enlenco:

- a) Grupos presentes em Coimbra;
- b) Grupos que aderiram ao Encontro de Coimbra
- c) Grupos convidados pelos Grupos presentes em Coimbra;
- d) Todas as Associações de Educação Popular;
- e) Animadores a convocar pela APAC;
- f) Grupos Culturais que têm sido criados nos últimos anos.

C.A.O.B.
CENTRO DE APOIO AOS ORGANISMOS DE BASE
Av. Aníbal de Bettencourt, 7-A - 2.º
LISBOA-5

• data provável, fins de Setembro.

ENCONTRO NACIONAL DA FAPIR

Nos dias 10 e 11 de Junho, na sede nacional da FAPIR (Rua Alexandre Herculano, 55) efectuou-se o 1.º Encontro Nacional da FAPIR.

Com este Encontro pretendeu a FAPIR juntar todas as suas forças que, embora suas aderentes, têm actuado de forma dispersa e desorganizada no Campo Cultural.

O Encontro, tinha como objectivo o confronto de experiências e o debate de linhas de orientação, possibilitar a estruturação e organização mínimas para que a FAPIR consolidasse e alargasse a sua capacidade de intervenção. Nos debates, foram convidados a participar elementos não aderentes mas que se inscrevem, pela sua actividade, no mesmo campo da FAPIR.

Assim, pretendeu a FAPIR dar um contributo para a constituição da FRENTE CULTURAL.

INTERVENCIO

Bento de Jesus Caraça

HOMENAGEM A BENTO JESUS CARAÇA NO 30.º ANIVERSÁRIO DA SUA MORTE

Bento de Jesus Caraça, morreu há 30 anos.

Mais precisamente a 25 de Julho de 1948.

Por este facto, numerosas personalidades e algumas organizações constituíram-se numa Comissão Organizadora de Homenagem a Bento Caraça.

Estão previstas várias iniciativas, em que se destacam a reedição das suas obras, uma exposição iconográfica e bibliográfica itinerante, edição de uma medalha, instituição de um prémio Bento Caraça e um filme sobre a sua vida.

O grande impulsionador da Universidade Popular, não está esquecido. A sua capacidade científica e as suas qualidades intelectuais e humanas, torna-o uma figura importante da cultura portuguesa, a servir de exemplo.



BENTO DE JESUS CARAÇA

Fez no passado dia 25 de Junho, 30 anos que, com apenas 74 anos de idade, faleceu BENTO DE JESUS CARAÇA.

Oriundo de uma família humilde de trabalhadores rurais, nasceu em Vila Viçosa a 18 de Abril de 1901.

Homem de ciência, matemática, investigador, pedagogo, ideólogo militante, ensaísta e polemista, BENTO DE JESUS CARAÇA tornou-se numa figura de relevo da cultura e da intelectualidade portuguesa.

Democrata convicto, espírito progressivo e rigoroso — inconciliável com o obscurantismo e a mediocridade oficiais de então — esteve nas primeiras linhas do combate ideológico e político contra as concepções retrógradas e filosófico-idealistas.

A fidelidade às suas convicções firmes: o seu compromisso militante com os ideais da liberdade, valeram-lhe em 1946, ser perseguido pelo regime fascista.

Era, na altura, membro da Comissão Executiva do Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.). Em consequência, foi demitido do cargo de professor catedrático que ocupava, desde 1929, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, acusado de haver subscrito um documento, que conheceu impacto internacional, de denúncia da política do Estado Novo, então com Salazar no poder.

Foi, sem dúvida, no seu tempo, um incontestável símbolo para os mais jovens. O seu anseio por uma sociedade mais justa e feliz, por um Portugal novo e livre, amante do seu povo, a oposição frontal ao decadentismo das ideias velhas, o seu amor às ideias novas, a força do seu exemplo moral e

intelectual, fizeram-no respeitado e admirado pela juventude de então.

Dotado de grandes capacidades criadoras e de iniciativa, pensador de olhos voltados para a realidade do quotidiano do povo, não concebia a ciência, a arte ou a cultura como fins em si mesmos mas como uma arma para transformar o mundo.

Espírito prático, lançou-se em várias iniciativas de grande vulto, enquanto através de conferências ou escritos na imprensa progressista intervinha com os seus pontos de vista em problemas de carácter científico, artístico ou cultural.

Assim, fundou em 1941, a «Biblioteca Cosmos», edições a preços reduzidos, versando os mais diversos assuntos da actualidade, que muito contribuíram para o fortalecimento duma consciência nacional democrática, sobretudo nos meios laboriosos.

Antes, já havia impulsionado a Universidade Popular Portuguesa, de que foi presidente, iniciativa progressista, que abriu portas do conhecimento a muitos trabalhadores impossibilitados, de outro modo, a concretizarem a aprendizagem a que aspiravam.

No campo científico, produziu várias obras de relevante interesse didático, sendo a mais conhecida os «Conceitos Fundamentais da Matemática». Criou a revista «Gazeta da Matemática», impulsionou o Centro de Estudos de Matemáticas Aplicadas à Economia e fundou a Sociedade Portuguesa de Matemática — já renascida depois do 25 de Abril — da qual foi presidente.

Justifica-se pois a Homenagem que sectores democráticos vêm celebrando perante o 30.^o aniversário da morte de BENTO DE JESUS CARAÇA.

Para grande parte da geração que dá actualmente vida a revista «INTERVENÇÃO», e que porventura a lê, BENTO DE JESUS CARAÇA emerge, como numa figura mítica, quase enigmática, desconhecida, por entre a penumbra de décadas de repressão à palavra, de censura aberta às suas ideias, à sua obra e ao seu ser perfil na cultura portuguesa.

Estudar, analisar, criticar, tomar posição sobre a obra deste vulto, que acarinhou fraternalmente a juventude e desta mereceu dedicação e simpatia, é um apelo e um desafio que se lança a todos os jovens — idosos ou jovens — amantes do progresso e da liberdade.

As iniciativas que irão ser lançadas no programa de Homenagem — reedição das suas obras, exposição económica e bibliográfica itinerante, edição de uma medalha comemorativa, instituição de um prémio BENTO CARAÇA e um filme sobre a sua vida — estamos certos, muito contribuirão para isso.

A CULTURA INTEGRAL DO INDIVÍDUO PROBLEMA CENTRAL DO NOSSO TEMPO

Nota explicativa •

As páginas que vão ler-se contêm a matéria de uma conferência que o autor realizou em 1933 (25 de Maio) a convite duma organização de novos — a União Cultural «Mocidade Livre», para inauguração da sua actividade.

Viviam-se nessa altura horas inquietas e fecundas. A marcha acelerada dos acontecimentos na Europa presagiava grandes transformações próximas. Hitler tomara, havia meses, o poder na Alemanha; agitavam-se as mais variadas correntes dentro e fora do Reich; a instabilidade geral era manifesta; tudo isto criara um ambiente de espectativa e ansiedade.

Os espíritos moços, como sempre, viviam os acontecimentos com intensidade, despertavam para as preocupações mais fundas, auscultavam o futuro cheios de optimismo, uniam-se para pensar. Foi desse ambiente que nasceu a União Cultural «Mocidade Livre».

O futuro imediato não correspondeu às aspirações e impaciências desses espíritos juvenis e ardentes. O desenvolver da vida social europeia seguiu por caminhos que haviam de provocar a revisão de muitos optimismos fáceis, e, em contrapartida, fazer abrir muitos olhos para realidades cruéis, em suma, proporcionar grandes lições.

Tudo isso fez que se amortecessem alguns entusiasmos das primeiras horas. Que importa? É essencial que tenham existido! Mas foram mais algumas ilusões perdidas, dir-se-á. Não. As ilusões nunca são perdidas. Elas significam o que há de melhor na vida dos homens e dos povos. Perdidos são os cépticos que escondem sob uma ironia fácil a sua importância para compreender e agir; perdidos são aqueles períodos da história em que os melhores, gastos e cansados, se retiram da luta, sem enxergarem no horizonte nada a que se entreguem, caída uma sombra uniforme sobre o pântano estéril da vida sem formas.

Benditas as ilusões, a adesão firme e total a qualquer coisa de grande, que nos ultrapassa e nos requer. Sem ilusão, nada de sublime teria sido realizado, nem a catedral de Estrasburgo, nem as sinfonias de Beethoven. Nem a obra imortal de Galileo.

Despertar a alma colectiva das massas...

(...)

Ser-se culto não implica ser-se sábio; há sábios que não são homens cultos e homens cultos que não são sábios; mas o que o ser culto implica, é um certo grau de saber, aquele precisamente que fornece uma base mínima para a satisfação das três condições enunciadas.

A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas no quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, *a conquista da liberdade*.

E para atingir esse cume elevado, acessível a todo o homem, como homem, e não apenas a uma classe ou grupo, não há sacrifício não mereça fazer-se, não há canseira que deva evitar-se. A pureza que se respira no alto compensa bem da fadiga da ladeira.

Condição indispensável para que o homem possa trilhar a senda da cultura — que ele seja economicamente independente. Consequência — o problema económico é, de todos os problemas sociais, aquele que tem de ser resolvido em primeiro lugar. Tudo aquilo que for empreendido sem a resolução prévia, radical e séria, desse problema, não passara, ou duma tentativa ingénuu, com vaga tinta filantrópica, destinada a perder-se na importância, ou de uma mão-cheia de pó, atirada aos olhos dos incautos.

Não deve também confundir-se cultura com civilização.

O grau de civilização de um povo mede-se pela quantidade e qualidade dos meios que a sociedade põe à disposição do indivíduo para lhe tornar a existência fácil; pelo grau de desenvolvimento dos seus meios de produção e distribuição; pelo nível de progresso científico e utilização que dele se faz para as relações da vida económica.

O seu grau de cultura mede-se pelo conceito que ele forma do que seja a vida e da facilidade que ao indivíduo se deve dar para a viver; pelo modo como nele se compreende e proporciona o consumo; pela maneira e fins para que são utilizados os progressos da ciência; pelo modo como entende a organização das relações sociais e pelo lugar que nelas ocupa o homem.

Assim, um povo pode ser civilizado e não ser culto e vice-versa. Não pode, por exemplo, comparar-se o nível desenvolvido de civilização do povo americano actual com o incipiente do povo ateniense do período áureo, como não podem também comparar-se os seus respectivos graus de cultura, muito superior o deste ao daquele (1). Entre um Péricles e um Hoover medeia uma distância enorme, aquela mesma que separa o povo que aplicava a lei do ostracismo para evitar que um indivíduo influente pudesse exercer coacção sobre a liberdade dos cidadãos, daquele outro povo em que há anos foi possível que um grupo de homens metesse outro homem, porque era revolucionário, dentro de uma gaiola e o andasse mostrando de terra em terra, a tanto por cabeça.

• Nota inserta na 2.^a edição desta conferência, em cadernos da «Seara Nova», 1939.

Definidos os termos, podemos agora resolver o problema posto — o problema do homem, unidade social, perante a cultura.

Se o desenvolvimento da civilização, entendida como acima, só por si, pode conduzir ao automatismo e à consequente escravização do homem, o que nos é mostrado pela civilização capitalista actual, é isso devido, não a um alto mas sim a um baixo grau de cultura que permite que os meios de progresso sejam utilizados num ambiente de completo abandono dos objectivos superiores da vida.

E esse abandono, e a adulteração que se lhes segue, só, podem ser evitados pelo reforçamento intenso da cultura; esta aparece-nos assim como um condicionador e correctivo constante da marcha da civilização.

Como se põe então agora a questão das elites? Evidentemente que o cultivo e progresso da ciência, bem como a sua aplicação à vida corrente da sociedade, hão-de ser sempre obra de grupos especializados — prospectores e

realizadores; chamemos-lhe elites, se assim o quiserem — existem e existirão, como existem e existirão as elites das outras profissões e actividades.

Mas o que não deve nem pode ser monopólio de uma elite, é a cultura; essa tem de reivindicar-se para a colectividade inteira, porque só com ela pode a humanidade tomar consciência de si própria, ditando a todo o momento a tonalidade geral da orientação às elites parciais.

Só deste modo poderá levar-se a bom termo a realização daquela tarefa essencial que atrás vimos ser o problema central posto às gerações de hoje — *despertar a alma colectiva das massas* (2).

(...) e, evidentemente, do tipo médio da classe superior num ou noutro caso. Se nos reportarmos às classes inferiores, não sei se haverá grande diferença entre a condição de um negro das plantações de algodão e a de um escravo grego, fosse ele escravo de um Aristóteles...

(2) V. nota II do final da conferência.



